

grupo  
cooprofar



2022: **relatório & contas** individual e consolidado

Acta nº 1

Aos dezeto dias do mês de Novembro de Mil Novecentos e Setenta e Quatro, os abaixo assinados, após deliberação, comprometem-se a constituírem-se em Comissão de Organização duma Cooperativa de Abastecimento de Farmácias, propriedade de farmacêuticos ou não e cuja denominação e estatutos serão apreciados em Assembleia Geral para o efeito.

Porto, 18 de Novembro de 1974.

Farmácia Aliança - Porto -

Farmácia da Vilarinha - Porto -

Farmácia Cosme - Porto -

Farmácia Meneses de Lima - Beja -

Farmácia Moura - Carvalhos -

Farmácia Canavarro - Porto -

Farmácia da Corujeira - Porto -

Farmácia Gramaxo - Moreira da Maia -

Farmácia Bom Despacho - Maia -

Farmácia da Maia - Maia -

Farmácia Guimarães - Porto -

Farmácia Higiénica - Miramar -

Farmácia de ... de Beja -

Farmácia Nova - Vallim -

grupo  
cooprofar

2022: relatório & contas consolidado

## relatório & contas 2022

### Índice

- 04** Mensagem do Conselho de Administração
- 06** Estrutura Societária e Organizacional
  - Organograma societário
  - Órgãos sociais
  - Detenção de capital
  - Organograma interno
- 09** Visão, Missão e Valores
- 10** A Economia em Portugal em 2022
- 12** 2022: Retrospectiva
- 16** 2022: Iniciativas e projetos
- 22** Sustentabilidade
  - Ambiental
  - Social
- 24** 2022: Indicadores Financeiros
- 26** Riscos e Incertezas
- 28** Perspetivas 2023
- 32** Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 38** Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 68** Certificação Legal de Contas Consolidadas
- 70** Demonstrações Financeiras Individuais
- 76** Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
- 114** Certificação Legal de Contas Individuais



Conselho de Administração Cooprofar  
Rebranding, 24 de setembro

## Mensagem do Conselho de Administração

Ex.mo(a) Senhor(a),

No nosso entendimento as palavras que melhor definem o ano de 2022 são Foco e Concretização.

O Foco apontado, desde o primeiro momento, para o propósito de Criar Valor para as Farmácias.

Para concretizá-lo, reforçámos junto da Equipa os valores que nos identificam e orientam e, em conjunto, revimos processos e políticas para aumentar a eficiência e resiliência do Grupo Cooprofar.

O trabalho interno, que é contínuo na busca de melhorias, foi realizado em paralelo com implementação de medidas com impacto imediato e mensurável nos negócios das farmácias. Destacámos as seguintes:

- o lançamento de uma nova política comercial, na qual recompensamos os cooperadores, valorizamos a fidelidade e o compromisso de compras;
- a integração de diversos grupos de farmácias, para facilitar às farmácias o trabalho com parceiros de negócio; e
- o lançamento de um novo serviço de Inteligência em Gestão de Inventário, que permite otimizar a gestão de stocks e libertar mais tempo à farmácia para a sua missão junto da população.

Foi com grande satisfação que vimos reconhecido o esforço nos resultados do estudo Benchmarking Saúde 2022, elaborado pela GS1, no qual é expressa uma melhoria significativa na avaliação da Cooprofar pelas farmácias.

No plano cooperativo realizámos ações – a nossa casa - com o objetivo de aproximar as farmácias e os cooperadores, lançámos o repto aos nossos fornecedores para permitir o desenvolvimento de vantagens exclusivas para os cooperadores e abrimos portas, na Assembleia Geral de dezembro, para a alteração de estatutos e criação, pela primeira vez na história da nossa cooperativa, de um regulamento interno.

Congratulámo-nos por findar o ano de 2022 com mais 30 cooperadores face ao ano anterior, que assumem uma voz cada vez mais ativa e uma participação mais expressiva na vida da cooperativa.

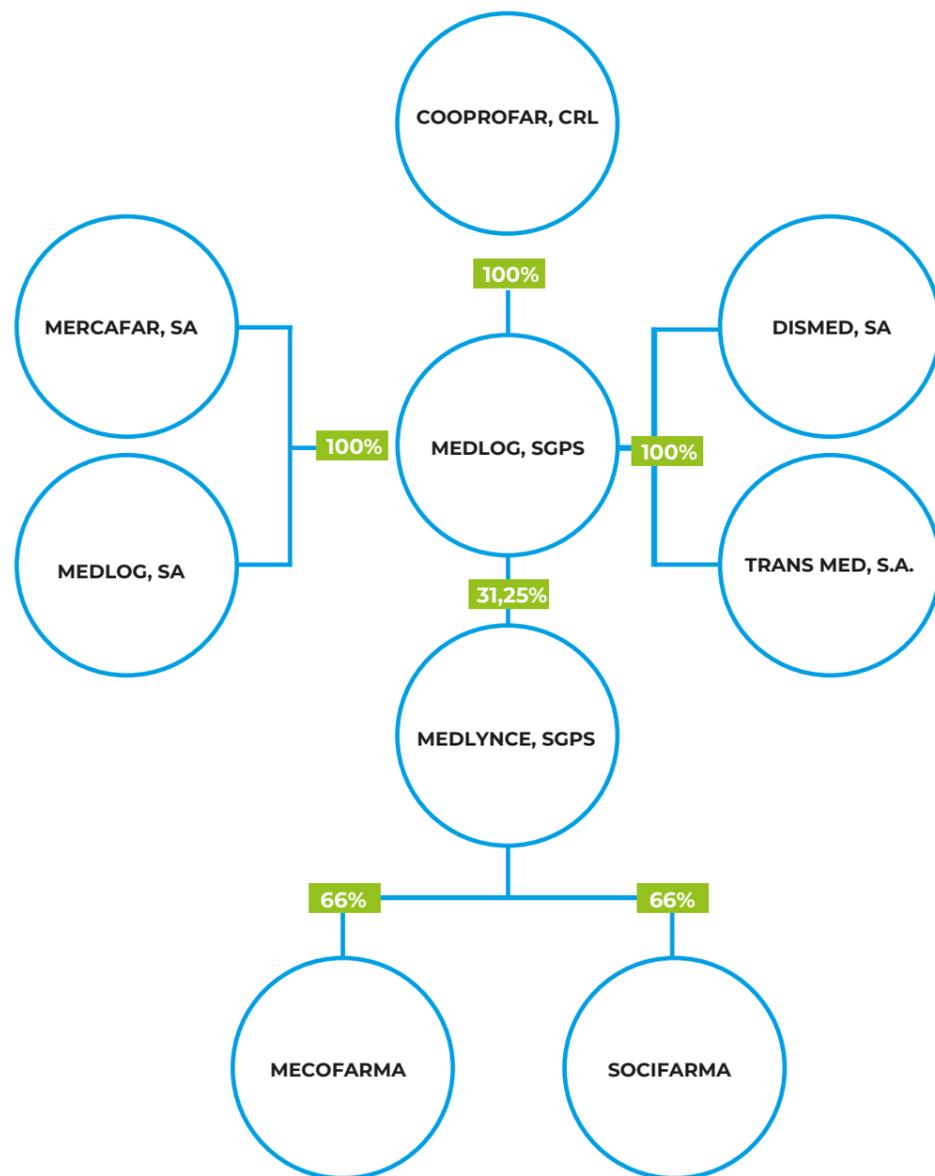
Quando lançámos a nova imagem Cooprofar em setembro, na qual aliámos o tradicional azul da Cooprofar com o verde das farmácias, frisámos a importância vital desta ligação umbilical e de simbiose entre farmácias e cooperativa.

Abordaremos 2023 com um foco renovado na continuidade deste caminho, em conjunto com a nossa Equipa, Parceiros, Farmácias e Cooperadores.

Bem hajam.

Estrutura Societária e Organizacional

Organograma Societário



Detenção de Capital

O capital social da Coopprofar é detido por um conjunto de 641 cooperadores, e ascende a 320.500,00€ à data de 31 de dezembro de 2022.

Cada cooperador detém uma parte do capital no montante fixo de 500,00€, conforme regime estabelecido nos estatutos da Cooperativa.

Estrutura Societária e Organizacional

Órgãos

Assembleia Geral



**Anabela Costa e Silva**  
Presidente da Assembleia Geral



**Sónia Pereira de Sousa**  
Vice-Presidente da Assembleia Geral



**Maria Mafalda**  
Secretária da Assembleia Geral

Conselho de Administração



**Hélder Mesquita**  
Presidente do Conselho de Administração



**José Mingocho**  
Vice-Presidente do Conselho de Administração



**Sofia Madureira Pires**  
Secretária do Conselho de Administração



**José Oliveira e Sousa**  
Tesoureiro do Conselho de Administração



**Rita Domingues**  
Vogal do Conselho de Administração



**Paulo Melo e Sousa**  
Suplente do Conselho de Administração



**Manuel Cerdeira e Sá**  
Suplente do Conselho de Administração



**Ana Coutinho**  
Suplente do Conselho de Administração



**Ana Sá**  
Suplente do Conselho de Administração



**Miguel Valério**  
Suplente do Conselho de Administração

Conselho Fiscal



**Natália Patrocínio**  
Presidente do Conselho Fiscal



**Paula Garcia**  
Relator do Conselho Fiscal



**Grácia Rodrigues**  
Vogal do Conselho Fiscal



**João Lopes de Sá**  
Suplente do Conselho Fiscal



**Cristina Ferronha da Silva**  
Suplente do Conselho Fiscal

## Estrutura Societária e Organizacional

### Direção Executiva



**Luís Pestana Mourão**  
Diretor Geral



**Sérgio Mesquita**  
Diretor Comercial  
Business Solutions



**Filipe Cigarro**  
Diretor Comercial  
Farmácia



**Alberto Pinto**  
Diretor de Compras  
e Aprovisionamento



**António Lopes**  
Diretor Financeiro



**Fernando Sousa**  
Diretor de Informática



**Paulo Pires**  
Diretor de Logística



**Natércia Moreira**  
Diretora de Marketing



**Carla Fernandes**  
Diretora de  
Recursos Humanos



**Susana Quelhas**  
Diretora Técnica  
e da Qualidade



**Nuno Almeida**  
Diretor de Transportes  
e Distribuição



## Visão

Ambicionamos ser a primeira escolha das Farmácias e o parceiro de eleição da Indústria Farmacêutica

## Missão

Criar Valor para as Farmácias

## Valores

Integridade  
Excelência  
Colaboração

## 2022: a economia em Portugal

À semelhança do que já havia acontecido em 2021, a economia portuguesa continuou a observar em 2022 um reforço da recuperação da sua atividade, projetado num aumento de 6,7% do Produto Interno Bruto (11,5% em termos nominais) (INE, 2023), o maior crescimento em 35 anos. Para tal concorreram uma contribuição positiva, e expressiva, da procura interna (com o consumo privado a crescer 5,7%, mais 1% do que em 2021, o consumo público a crescer 2,4%, valor aquém do crescimento de 4,6% do ano anterior e o investimento a crescer 2,7%, valor que compara com o crescimento de 10,1% de 2021) e também da procura externa líquida, com as exportações de bens e serviços a mostrarem-se mais intensas do que a importação de bens e serviços. Ainda assim a procura interna, em termos reais, desacelerou em 2022 para uma taxa de variação de 4,5% (5,6% em 2021), passando de um contributo para a variação anual do PIB de 5,8pp em 2021 para 4,7pp (INE, 2023).

Em 2022 a inflação em Portugal atingiu 7,8% (INE, 2023) face ao período homólogo, valor ainda assim abaixo do valor verificado na União Europeia (10,4%) (EUROSTAT, 2023). O emprego em Portugal cresceu cerca de 2,3%, face ao período homólogo (Banco de Portugal, 2022).

Relativamente ao mercado do medicamento, os medicamentos comercializados nas farmácias comunitárias totalizaram 2384,4 milhões de euros, valor cerca de 4,07% superior ao verificado em 2021, projetado num aumento de 7,4% no número de embalagens dispensadas (180.3 milhões no total). No geral, mercado farmacêutico cresceu +8,9% em *sell in* e 8,6% em unidades, relativamente ao que foi prática em 2021. No caso do Serviço Nacional de Saúde, a despesa com medicamentos cresceu 9,6%, algo que se justifica com o aumento do número de embalagens dispensadas (+7,4%) e com a despesa em algumas classes terapêuticas, nomeadamente antidiabéticos e anticoagulantes. No mesmo período, os encargos dos utentes com medicamentos aumentaram 7,4%, ascendendo a 818,8 milhões de euros (INFARMED, 2023).

## 2022: retrospectiva

De acordo com os indicadores IQVIA, o grupo Cooprofar, no que ao negócio de logística e distribuição à farmácia comunitária, terminou o ano de 2022 com uma quota, no mercado de *sell out* à farmácia, de 13,29%, sensivelmente o mesmo valor de 2021. No período, ao nível do negócio logístico e de distribuição à farmácia comunitária, a atividade caracterizou-se pelo lançamento de uma nova política comercial que se vem revelando como veículo de atração de novos clientes e de reforço da atividade junto de farmácias já clientes. Esta iniciativa conjuga o aportar de novas condições para as farmácias com ações que contribuem para uma política de crédito que vem permitindo a redução dos prazos de recebimento de clientes (ao nível consolidado, redução de 40,7 dias em 2021 para 33,3 dias em 2022), contribuindo positivamente para a sustentabilidade do grupo. Neste contexto são sinais da eficácia das medidas tomadas a aquisição de um número expressivo de novas farmácias, uma parte significativa delas incorporadas como cooperadores, sinal muito positivo do reconhecimento do valor que lhes é aportado pelos serviços contratados. Ao mesmo tempo iniciou-se no mesmo período a abertura a novos grupos de farmácias, visando dessa forma corresponder ao pedido de muitos clientes que pretendiam dessa forma reforçar o vínculo com a Cooperativa. O ano de 2022 fica marcado por um aumento expressivo dos custos de combustíveis, projetado nos custos operacionais de transportes e na produção dos serviços logísticos, valores que, por opção, a Cooprofar decidiu não projetar nos preços dos serviços contratados pelos seus clientes de farmácia.

A nova política comercial, inscrevendo-se num conjunto mais alargado de outras medidas que pretende aportar mais valor às farmácias, foi acompanhada por outras que pretendem reforçar a ligação da Cooperativa às farmácias que serve. Neste sentido deu-se início às jornadas “Nossa Casa”, eventos introduzidos em 2022 no quadro da relação da Cooperativa com as farmácias que pretendem aproximá-las da sua Cooperativa e que se traduziu, em simultâneo, na incorporação de cerca de mais 10% de farmácias como cooperantes. Ouvir as farmácias, as suas necessidades específicas e dessa forma perceber como a Cooprofar pode ajudar a satisfazê-las, ou ainda mais, contribuir para melhorar o valor que a elas é aportado é o objetivo que se pretende alcançar. Neste contexto lançámos uma nova dinâmica de parcerias/protocolos – sercooprofar - , que pretendem envolver os fornecedores da Cooperativa na criação de ofertas exclusivas para os cooperantes. Duas primeiras iniciativas, com a Vodafone e com a Repsol foram lançadas em 2022. Outras se seguirão.

A vertente económica e financeira

Em termos consolidados, a atividade em 2022 fica marcada por um volume de negócios de 416 M€, revelando um crescimento de 6,41% face ao ano anterior, tendo sido obtido um EBITDA de 7,49 M€ e um resultado líquido de 4,12 M€, valor cerca de 112% superior ao obtido no período homólogo. Ao mesmo tempo, indicadores como grau de autonomia financeira 37,74%, cerca de 3pp superior relativamente a 2021 e liquidez de 1,58 revelam a robustez da saúde da Cooperativa.

A vertente operacional

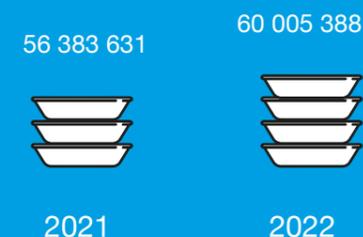
Ao nível operacional o ano de 2022 fica marcado pela maior dificuldade no acesso a medicamento, situação provocada pela guerra da Ucrânia e pela dificuldade daí provocada na manutenção dos níveis de fornecimento verificados no período pré-guerra. O nível de rotação de stocks de produtos de venda foi de 10,66 (6% menos face ao período anterior), projetado para um período médio de stocks de 29 dias. A idade dos stocks variou conforme tabela anexa. No global, a taxa de pedidos não satisfeitos manteve-se abaixo de 2%. A taxa de reclamações global, calculada sobre o número de linhas aviadas, manteve-se abaixo de 0,1%, tendo o grupo respondido, globalmente em menos de 3 dias a todas elas.

Idade	Percentagem
<30 dias	63,75%
<60 dias	17,64%
<90 dias	6,80%
<120 dias	3,05%
<150 dias	1,72%
<180 dias	1,03%
<365 dias	1,99%
>365 dias	4,01

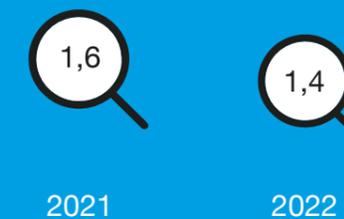
Ao nível dos transportes, a frota de distribuição ao serviço do grupo percorreu em 2022 cerca de 7 632 694 quilómetros, valor cerca de 0,18% inferior ao período homólogo; tais distâncias representaram cerca de 599 685 entregas, valor 6,2% superior ao observado em 2021. O serviço de entrega ao cliente do grupo foi confrontado com uma taxa de reclamações de 0,12%.

Indicadores Operacionais

Unidades Entregues



Falta de Produto (%)



Linhas Recebidas/Erro Picking (%)

(Painel Gestão Agre. Ano)



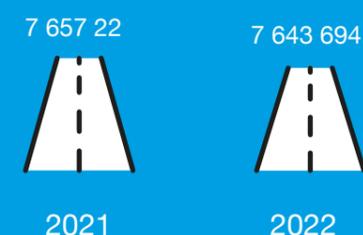
Linhas Processadas/Erro Picking (%)

(Painel Gestão Agre. Ano)



Kms percorridos

(frota Subcontratada + Própria distribuição)

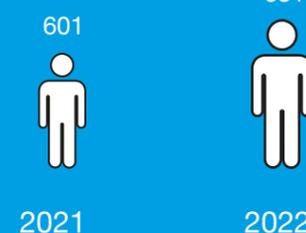


Transportes (satisfação)

(Inquérito interno; questão: avaliação global; escala: 1 a 5)

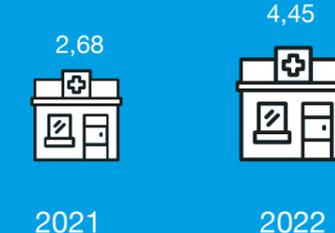


Nº Cooperantes



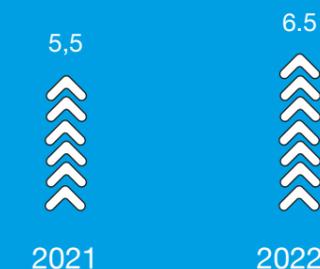
Nºclientes novos / Nºclientes ativos (%)

(com pelo menos uma compra no período)



Farmácias (satisfação)

(GS1; questão: ranking eficiência geral; escala 1 a 10)



## Iniciativas Institucionais

### a nossa casa

Nesta casa, que é das Farmácias, queremos que more sempre o diálogo, a proximidade, a disponibilidade e a colaboração. Só desta forma conseguimos dar um novo alcance à Colaboração efetiva entre a Coopprofar e as Farmácias – Dando Voz às Farmácias!

Por isso, abrimos as portas da Coopprofar às Farmácias, em ações deslocalizadas, para partilhar necessidades, conhecimento, ideias e projetos de futuro.

Viana do Castelo  
Porto  
Valpaços  
Viseu  
Costa da Caparica



### Visita Institucional da ADIFA

O Presidente do Conselho de Administração, Hélder Mesquita, o Vice-Presidente, José Mingocho Correia, e o Diretor Geral da Coopprofar, Luís Mourão, acolheram Nuno Flora, Presidente da Associação dos Distribuidores Farmacêuticos – ADIFA – numa visita institucional à cooperativa.



### Rebranding – #NOVACOOProfAR

24 de setembro foi um dia simbólico. Marcou a celebração de uma Nova Era na Coopprofar.

Para este momento único, juntámos Farmácias, Equipa e Parceiros, para em conjunto celebrarmos o primeiro ano de uma nova era.



2022: iniciativas e projetos

## Cidadania Empresarial



### Recolha de Radiografias

A Campanha de Recolha de Radiografias consiste num projeto solidário de colaboração da **ADIFA, Associação de Distribuidores Farmacêuticos, com a Fundação AMI - Assistência Médica Internacional**, que aplica o conceito de recolha de resíduos para angariação de fundos.

Em 2022, à semelhança de ações anteriores, a Cooprofar realizou a distribuição de kits de recolha a farmácias aderentes.



### Entrega de cofres para recolha de donativos

À semelhança de anos anteriores, renovámos a parceria com a **Fundação Portuguesa de Cardiologia**, através da entrega de cofres para a recolha de donativos nas Farmácias aderentes, que estiveram disponíveis durante os meses de outubro e de novembro.



### Parceria Dignidade: Programa abém

Na Cooprofar temos como missão garantir que os medicamentos chegam às Farmácias e, posteriormente, a quem deles precisa. Contudo, temos consciência de que cerca de 1 milhão de Portugueses não tem capacidade financeira para adquirir os medicamentos de que necessita, afetando assim a Saúde da população. Desta forma, **renovámos o nosso apoio ao programa abém, criado para reforçar a entrega de medicamentos a famílias carenciadas.**



### Benchmarking Saúde GS1

A GS1 Portugal preparou a **7ª edição do Benchmarking Saúde**, um estudo de níveis de serviço neste setor, com possibilidades de participação em aberto, nos vários segmentos.

A Cooprofar, à semelhança de edições anteriores, marcou novamente presença neste estudo. Com lançamento previsto para março de 2023, prevê-se um aumento do número de participantes. Na 6.ª edição do estudo, apresentada no último trimestre de 2022, contou com cerca de 400 participantes.



### Fundação Nuno Silveira

Dando continuidade à parceria estabelecida há largos anos, continuámos a proporcionar oportunidades de integração no mercado de trabalho aos utentes da Fundação Nuno Silveira.



### Doação de Máscaras

#### Médicos do Mundo – Representação do Porto

60.000 máscaras

#### Ajuda de Mãe

750 máscaras

#### ADIC – Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã

2.500 máscaras

#### Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Gondomar-Valongo

111.125 máscaras



# Doar ESPERANÇA à UCRÂNIA

Desde o primeiro momento que, na Cooprofar, mantivemos o foco no apoio de esforço comunitário para com a população ucraniana.

Agradecimento a todas as Farmácias e Colaboradores pela mobilização alcançada.

Os bens angariados foram entregues junto da Amizade - Associação de Imigrantes de Gondomar que, em colaboração com a Câmara Municipal de Gondomar, fez chegar esses mesmos bens à fronteira com a Polónia.

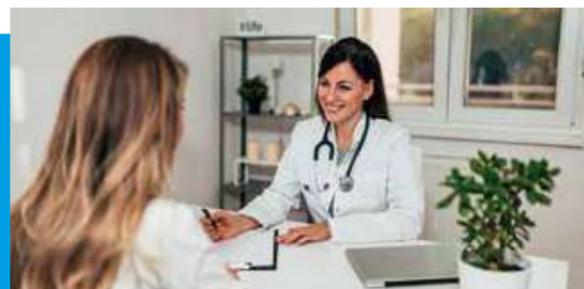


## 47º aniversário

No dia 28 de maio, celebrámos com toda a equipa do Grupo Coopprofar 47 anos de crescimento da nossa Cooperativa.

### Disponibilização da Vacina da Gripe Sazonal à Equipa

Com o propósito de promover a saúde, objetivo que assume uma importância redobrada atendendo ao período de Pandemia que atravessámos, disponibilizámos a Vacina da Gripe Sazonal aos membros da nossa equipa.



### Recrutamento Interno para Oportunidades de Carreira

Administrativo; Gestor de Clientes; Gestor de Projeto; Operador de Logística, Técnico de Help-Desk.



## Comercial



### Nova Política Comercial Vantagens Coopprofar

Com o intuito de responder às necessidades de todas as Farmácias, das mais pequenas às maiores, demos um passo significativo para o cumprimento desta nossa missão, com o lançamento da nova **Política Comercial e das Vantagens Coopprofar**. Com condições comerciais mais competitivas, abrimos portas a todas as boas parcerias.

Sabemos que o caminho é longo, mas com a energia e perseverança que caracterizam a nossa Equipa, conseguimos perceber e colmatar as "dores" das farmácias, pois são elas que dão sentido ao nosso propósito.



### sercoopprofar Parceria Repsol

Empenhamo-nos em desenvolver vantagens para os negócios, em especial para as Farmácias que têm inscrito no seu ADN os valores de sercoopprofar.

Por essa razão, e para amenizar o impacto dos aumentos consecutivos dos combustíveis, formalizámos uma parceria com a Repsol através da qual disponibilizamos aos nossos Cooperadores descontos, exclusivos, cómodos e vantajosos.



### Ação de Prospeção Conquistar Lisboa

Acreditamos firmemente que o sucesso resulta da capacidade de reinventar e inovar de Farmacêuticos, Farmácias e Coopprofar. Mais ainda quando cooperamos! Foi, exatamente, sob esta premissa, que a Equipa Comercial da Coopprofar realizou a primeira vaga de uma jornada de visitas às diversas farmácias do país. Através de abordagens reinventadas e inovadoras, fomos demonstrar as vantagens de uma cooperativa que se assume como um parceiro moderno e enquadrado com o atual mercado da farmácia em Portugal.

Sabemos que o caminho é longo, mas com a energia e perseverança que caracterizam a nossa Equipa, conseguimos perceber e colmatar as "dores" das farmácias, pois são elas que dão sentido ao nosso propósito.



### Formação Coopprofar

Em 2022 deu-se continuidade do reforço na aposta em formação no formato webinar, por de forma a colmatar as necessidades de Desenvolvimento Profissional Contínuo, sem comprometer a saúde pública (medidas de segurança de prevenção da Covid-19).

Na sequência deste trabalho foi conseguido também um maior alcance geográfico.

Não obstante, continuámos, a realizar em formato presencial as Formações de Competência Farmacêutica para Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis pela sua componente prática.

Os nossos valores basilares – Integridade, Excelência e Colaboração - orientam a atividade do Grupo Coopprofar para o desenvolvimento de relações geradoras de valor para as Farmácias e para todos os parceiros do Setor.

O foco neste propósito assenta, naturalmente, no trabalho de uma equipa motivada. Uma equipa consciente da necessidade de, enquanto empresa, em particular enquanto empresa de natureza cooperativa, contribuirmos para a comunidade e para um futuro sustentável.

### Ambiental

Energia Produzida Útil (kg)



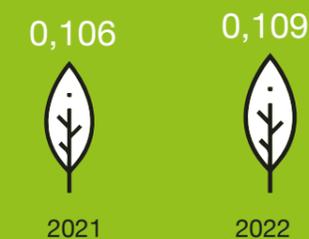
Intensidade carbónica (ref. GGP\*) KgCO2/kWh



Intensidade energética kWh/€

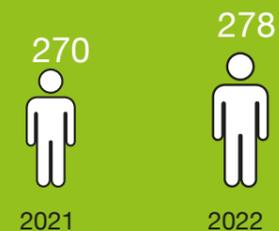


Consumo específico de energia kWh/linha



### Social

n.º colaboradores



Variação salarial média



### Impacto na Comunidade

33 274 pessoas



2022: sustentabilidade



## 2022: indicadores financeiros

O ano de 2022 permitiu ao Grupo reforçar de forma global e sustentada um conjunto de indicadores financeiros de relevo que permitem uma avaliação muito positiva do seu desempenho e solidez.

	2022	2021
Dívida Líquida / EBITDA	2,48	3,04
Autonomia Financeira	37,74%	33,32%
Estrutura de Endividamento	87%	75%
EBITDA/VN	1,81%	2,29%
Liquidez Geral	1,58	1,72
Tempo Médio de Pagamento (dias)	33	32
Tempo Médio de Recebimento (dias)	33	41
Tempo Médio de Inventários (dias)	34	32
Rotação stocks (dias)	10,63	11,34

Avaliando o balanço consolidado, denota-se, em primeira instância, um importante reforço da autonomia financeira que passou em 2021 de 33,3% para 37,7% em 2022. Estes 4,4 pontos percentuais são resultado de uma afetação equilibrada de recursos às operações, que vem beneficiar também de uma redução dos passivos financeiros do Grupo.

Em virtude da referida diminuição do passivo financeiro, e porque o Grupo aumentou o seu EBITDA em 19% face ao ano de 2021, atinge assim em 2022 um rácio de Dívida Líquida / EBITDA de 2,48, quando o resultado do ano anterior havia sido de 3,04. Uma evolução que representa assim um peso relativo e absoluto cada vez menor do envolvimento creditício junto das entidades bancárias. Esta diminuição da dívida permitiu assim compensar o aumento muito significativo das taxas de juro que se assistiu durante todo o ano de 2022, resultando numa fatura de juros, ainda assim, 11% menor face ao período homólogo.

Durante o ano de 2022 o Grupo aumentou o peso dos passivos bancários correntes face ao endividamento bancário total, muito motivado por não ter contratado novos instrumentos de dívida estruturada, período durante o qual continuou a amortizar o capital em dívida nos instrumentos contratados no passado.

Ainda que em menor proporção, também foi possível diminuir o recurso a dívida de curto prazo, fazendo com que, na globalidade, o Grupo diminuísse a sua dívida líquida em, aproximadamente, 8,6 milhões de euros; 27,2 milhões de euros em 2021 que passaram a 18,6 milhões de euros em 2022.

Em relação às componentes do fundo de maneo observam-se ligeiras variações face ao ano de 2021, com exceção no prazo médio de recebimento que passou de 41 dias para 33. Esta diminuição tem que ver essencialmente com a redução dos prazos de pagamento acordados com Clientes, permitindo-lhes assim o acesso a melhores condições comerciais no acesso aos produtos comercializados pelo Grupo Cooprofar.



## riscos e incertezas

A incerteza em torno da projeção para o desenvolvimento da economia em 2023 é considerável, nomeadamente no que resulta dos efeitos da inflação, com repercussões no poder de compra, e das taxas de juro, com impacto no financiamento de operações, seja ao nível das empresas como dos particulares. A continuidade da guerra na Ucrânia, mantendo preços altos na energia e no gás<sup>1</sup>, condicionando, em simultâneo, a disponibilidade, e por consequência, o preço de bens de primeira necessidade, nomeadamente medicamentos, bem como de outros bens integrantes da fileira de produtos atendidos em farmácias não deixará de ter um efeito na atividade das empresas.

Entretanto, não é de desconsiderar o risco de se vir a assistir a repercussões mais adversas da invasão da Ucrânia, nomeadamente a possibilidade de interrupções no abastecimento de gás, levando a cortes na produção e novas subidas dos preços, bem como a uma redução da confiança. Existe ainda o risco de um crescimento mais forte dos salários e das margens de lucro das empresas. A materialização destes riscos poderá implicar pressões inflacionistas, com impactos adversos sobre a atividade. (Banco de Portugal, 2022).

A dificuldade sentida em 2022 no acesso a medicamentos tenderá a manter-se em 2023, constituindo um obstáculo sério ao desenvolvimento da atividade.

Em simultâneo, a eventualidade de uma crise bancária, com repercussões nos mercados financeiros, não é de descurar. A falência do banco americano Silicon Valley Bank, causado, em grande parte, por uma resposta inadequada da sua gestão face ao investimento em ativos de longo prazo em contexto de subida de taxas de juro, e os problemas no europeu Crédit Suisse, banco que observou em Dezembro de 2022 o seu quinto prejuízo consecutivo, obrigando ao empréstimo pelo estado suíço de uma quantia avultada para evitar o seu fecho, gerados por falhas sistémicas na sua análise de risco, no efeito do aumento das taxas de juro, na análise de risco interna e numa má *governance*, colocam problemas de confiança no sistema bancário e, por consequência, no sistema financeiro, com impactos ainda por avaliar. As economias europeia e norte americana poderão ser confrontadas, nos próximos meses, com problemas acrescidos, decorrentes da projeção dos impactos de problemas em instituições financeiras nos mercados onde atuam.

<sup>1</sup>Ver <https://tradingeconomics.com/commodity/eu-natural-gas>



## perspetivas 2023

Depois de um período de dois anos vividos em pandemia de covid-19 e de um ano, 2022, em que foi sentido um retomar generalizado da atividade económica, o ano de 2023 será ainda sinónimo de incerteza, causada pelo impacto da guerra na Ucrânia (projetada, entre outros, na dificuldade de acesso a muitas matérias primas e produtos intermédios fulcrais ao desenvolvimento da economia) e pelo aumento das taxas de juro (Universidade Católica Portuguesa, 2023), fatores que condicionam os efeitos positivos esperados pela diminuição, ao longo do ano, do preço da energia e da inflação.

Em 2023 a economia nacional deverá crescer entre 0,5% e 1,5% (Banco de Portugal, 2022) (Universidade Católica Portuguesa, 2023), sendo que a inflação se deverá fixar entre os 5,8% (Banco de Portugal, 2022) e 6% (Universidade Católica Portuguesa, 2023). Nos anos seguintes a inflação deverá ser de 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025 (Banco de Portugal, 2022), refletindo a redução gradual do preço internacional das matérias primas energéticas, alimentares e outras, bem como menores pressões da procura resultantes de uma política monetária mais restritiva. O crescimento previsto para Portugal está em linha com o crescimento previsto para a zona euro, com cenário central de expansão de 0,7% do PIB, num contexto possível de contração de 0,6% e expansão de 2% (Universidade Católica Portuguesa, 2023). Em Portugal o peso da dívida no PIB deverá diminuir, devido à melhoria do saldo primário e à inflação. Ainda assim, a subida das taxas de juro poderá implicar riscos adicionais para o défice nominal e para a sustentabilidade da dívida de longo prazo (Banco de Portugal, 2022)

O mercado de trabalho em Portugal deverá assistir, em 2023, a um nível de estabilização do emprego e da taxa de desemprego (Banco de Portugal, 2023).

Relativamente ao consumo privado, o mesmo deverá aumentar cerca de 0,2% em 2023 e 1% em média, no período 2024-2025 (Banco de Portugal, 2022). A variação marginal do consumo privado está associada à menor disponibilidade financeira, ao aumento dos preços dos bens de consumo, com especial incidência na alimentação, e a encargos maiores no serviço da dívida (Banco de Portugal, 2022). Ainda assim, não é de excluir que o consumo real se venha a ressentir, em função da redução real do rendimento disponível, algo que, contudo, pode vir a ser parcialmente mitigado pela redução da poupança (Universidade Católica Portuguesa, 2023). É previsível uma recuperação em 2024-2025, refletindo a dissipação da incerteza e um crescimento moderado do rendimento disponível, associado a um quadro da redução da inflação e estabilização das taxas de juro.

O ano de 2023, envolvido no contexto de incerteza atrás caracterizado, o investimento deverá crescer na ordem de 2,9%, perspetivando-se cenários de maior fulgor, 4,9%, entre 2024-2025.

Neste cenário, o ano de 2023 representa também um ano de esforço suplementar no que ao desenvolvimento da atividade da Coopprofar diz respeito, nomeadamente no que se refere aos custos operacionais (*utilities*, serviços técnicos especializados, materiais integrados na produção do serviço das empresas do grupo) relacionados com o fornecimento de serviços e produtos integrados na logística e transporte recrutados na economia, os quais deverão sofrer um aumento significativo durante o ano relativamente áquilo que foi a realidade em 2022.

Entretanto, relativamente ao mercado do medicamento, no ano de 2023 é de esperar que a rutura e falhas de abastecimento no mercado de muitos medicamentos se continue a manter. A primeira, comum a todos os países europeus, causada, maioritariamente, por efeitos diretos da guerra da Ucrânia, está relacionada com a dificuldade no acesso a algumas matérias primas e substâncias ativas, tendo impacto na sua disponibilidade e preço.

Por outro lado, para contrariar um regime, vigente em Portugal, de formação e revisão de preços dos medicamentos que vem promovendo sucessivos abaixamentos do preço dos fármacos, colocando problemas de sustentabilidade para os laboratórios que optam muitas vezes por descontinuar a sua produção e comercialização, o governo português promoveu no início do ano um conjunto de medidas que visam facilitar o acesso aos medicamentos e evitar rupturas de stock. Essas medidas, consubstanciam-se, por um lado, num aumento controlado dos preços dos medicamentos mais baratos (aumento em 5% dos medicamentos com preço de venda ao público até 10 euros e de 2% para os fármacos com preço entre 10 e 15 euros), e, por outro lado, numa revisão do preço dos medicamentos com valor superior a 15 euros, que poderão sofrer uma redução de até 5%, se esses preços estiverem acima do valor médio pedido no ato da venda aos consumidores nos países de referência (Espanha, França, Itália e Eslovénia). Será ainda criada pelo Governo português uma lista de medicamentos essenciais críticos, que visa reforçar a possibilidade de fármacos especialmente importantes para a saúde dos portugueses estarem disponíveis nas farmácias nacionais. Com estas medidas, que previsivelmente provocarão um aumento de 0.4% na despesa que o Estado português tem com medicamentos, é expectável que se agravem, face ao que aconteceu em 2022, as dificuldades na disponibilização de medicamentos para exportação.

O cenário descrito não trava a vontade do grupo Coopprofar em vir a poder reforçar a posição no seu mercado em Portugal durante o ano de 2023, ao mesmo tempo que o pretende fazer atuando sobre a eficiência das suas operações e na forma como se pretende relacionar, fisicamente e nos canais digitais, com o cliente, em todos os momentos de iteração com o mesmo. Ao nível do mercado de farmácia, será também prioridade o desenvolvimento de novos serviços que permitam entregar mais valor ao cliente.

### **Negócios realizados entre a sociedade e os administradores**

Não foram realizados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por qualquer das partes envolvidas entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização. De igual forma, não foram efetuados quaisquer adiantamentos por conta de lucros.

### **Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros e utilização de instrumentos financeiros derivados**

Em 31 de Dezembro de 2022 a Sociedade não tinha contratado quaisquer instrumentos financeiros derivados.

Gondomar, 27 de abril de 2023

O Conselho de Administração

### **Anexo ao relatório de Gestão**

Informações de acordo com o n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

### **Relação dos membros dos órgãos de administração e respetivas ações:**

Os membros do Conselho de administração não possuem quaisquer ações da Sociedade.

## demonstrações financeiras consolidadas

### Balanço

	Nota	31 de dezembro	
		2022	2021
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	8.795.371	9.433.469
Ativos intangíveis	6	30.530	5.250
Participações financeiras - MEP	19	4.367.277	3.674.537
Outros investimentos financeiros	9	169.749	160.948
Outros ativos financeiros	4	752.940	752.940
Ativos por impostos diferidos		-	-
		<b>14.115.866</b>	<b>14.027.144</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	36.479.965	31.630.448
Clientes	9	37.035.640	43.662.679
Estado e outros entes públicos	10	1.852.919	1.718.286
Outros créditos a receber	9	5.805.060	4.583.152
Diferimentos		556.294	739.322
Caixa e depósitos bancários	4	2.236.790	1.209.044
		<b>83.966.667</b>	<b>83.542.930</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>98.082.534</b>	<b>97.570.074</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	9	320.500	300.500
Reservas legais	9	439.500	439.500
Outras reservas		29.802.657	27.854.200
Resultados transitados		294.598	294.598
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		1.943.388	1.677.968
		<b>32.800.642</b>	<b>30.566.765</b>
Resultado líquido do período		4.211.501	1.948.207
<b>Total do capital próprio</b>		<b>37.012.143</b>	<b>32.514.972</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	9	7.969.760	16.390.627
Passivos por impostos diferidos		-	7.366
Outras dívidas a pagar		-	-
		<b>7.969.760</b>	<b>16.397.993</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	36.473.945	31.969.757
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	10	375.062	1.281.700
Acionistas		184.924	185.556
Financiamentos obtidos	9	11.625.435	10.843.298
Outras dívidas a pagar	9	3.150.459	3.168.577
Diferimentos		-	-
Outros passivos financeiros	9	1.290.807	1.208.221
		<b>53.100.631</b>	<b>48.657.108</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>61.070.391</b>	<b>65.055.101</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>98.082.534</b>	<b>97.570.074</b>

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Demonstração de resultados

	Nota	2022	2021
Vendas e serviços prestados	8.1	415.777.314	390.802.448
Subsídios à exploração		28.275	4.982
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	19	427.070	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(387.742.748)	(358.703.526)
Fornecimentos e serviços externos	8.2	(8.471.690)	(7.864.526)
Gastos com o pessoal	12	(7.264.327)	(7.106.988)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	1.062.365	(2.930.983)
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		408	-
Outros rendimentos	8.4	3.964.933	3.209.907
Outros gastos	8.3	(10.259.334)	(11.380.864)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>7.522.265</b>	<b>6.030.450</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(995.307)	(1.543.602)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	5, 6	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>6.526.957</b>	<b>4.486.848</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	272.272
Juros e gastos similares suportados		(1.048.850)	(1.174.758)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>5.478.107</b>	<b>3.584.361</b>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(1.266.607)	(1.636.154)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.211.501</b>	<b>1.948.207</b>

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Demonstração de fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		439 678 785,87 €	399 275 293,39 €
Pagamentos a fornecedores		(419 994 195,87) €	(389 103 333,37) €
Pagamentos ao pessoal		(6 961 944,56) €	(7 229 243,62) €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>12 722 645,44 €</b>	<b>2 942 716,40 €</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 197 213,38) €	(770 548,17) €
Outros recebimentos/pagamentos		(691 651,79) €	(3 884 110,01) €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>9 833 780,27 €</b>	<b>(1 711 941,78) €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis (p)		(547 991,27) €	(2 843 333,53) €
Ativos intangíveis (p)		(5 000,00) €	(6 375,00) €
Investimentos Financeiros (p)		(8 800,67) €	(30 448,12) €
Outros ativos (p)		-	-
		(561 791,94) €	(2 880 156,65) €
Ativos fixos tangíveis (r)		25 042,00 €	-
Ativos intangíveis (r)		-	-
Investimentos Financeiros (r)		28 290,09 €	-
Outros ativos (r)		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		370 007,33 €	272 112,67 €
Dividendos (r)		-	-
		423 339,42 €	272 112,67 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(138 452,52) €</b>	<b>(2 608 043,98) €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos (r)		80 887 687,03 €	146 671 968,38 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		20 000,00 €	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		80 907 687,03 €	146 671 968,38 €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos (p)		(88 526 418,06) €	(143 551 844,13) €
Juros e gastos similares		(1 048 850,12) €	(1 174 758,14) €
Dividendos (p)		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(6 500,00) €
Outras operações de financiamento		-	-
		(89 575 268,18) €	(144 733 102,27) €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(8 667 581,15) €</b>	<b>1 938 866,11 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>1 027 746,60 €</b>	<b>(2 381 119,65) €</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 209 043,59 €</b>	<b>3 590 163,24 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2 236 790,19 €</b>	<b>1 209 043,59 €</b>

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
<b>A 1 de Janeiro de 2021</b>	307 000	-	439 500	24 957 416	294 598	-	1 677 968	2 889 417	30 565 900
<b>Alterações no período</b>									
Alterações políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior									-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				2 896 783				(2 889 417)	7 366
	-	-	-	2 896 783	-	-	-	(2 889 417)	7 366
<b>Resultado líquido do período</b>								1 948 207	1 948 207
<b>Resultado integral</b>	-	-	-	2 896 783	-	-	-	(941 210)	1 955 573
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
Realizações de capital									-
Realizações de prémios de emissão									-
Distribuições									-
Entradas para cobertura de perdas									-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(6 500)								(6 500)
	(6 500)	-	-	-	-	-	-	-	(6 500)
<b>A 31 de Dezembro de 2021</b>	300 500	-	439 500	27 854 200	294 598	-	1 677 968	1 948 207	32 514 973

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
<b>A 1 de Janeiro de 2022</b>	300.500	-	439.500	27.854.200	294.598	-	1.677.968	1.948.207	32.514.972
<b>Alterações no período</b>									
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de AFT's e AI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	1.948.207	-	-	-	(1.948.207)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	250	-	-	265.420	-	265.670
	-	-	-	1.948.457	-	-	265.420	(1.948.207)	265.420
<b>Resultado líquido do período</b>								4.211.501	4.211.501
<b>Resultado integral</b>	-	-	-	-	-	-	-	4.211.501	4.211.501
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
Subscrições de capital	20.000								20.000
Subscrições de prêmios de emissão									-
Distribuições									-
Entradas para cobertura de perdas									-
Outras operações									-
	20.000	-	-	-	-	-	-	-	20.000
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	320.500	-	439.500	29.802.657	294.598	-	1.943.388	4.211.501	37.012.143

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Anexo às demonstrações financeiras

### 1 Identificação da entidade

A Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. (referida neste documento como "COOPROFAR" ou simplesmente Empresa), pessoa coletiva n.º 500336512, com o capital social de 320.500 (trezentos e vinte mil e quinhentos euros) tem a sua sede social na Rua Pedro José Ferreira, 200 - 210, freguesia de Fânzeres, concelho de Gondomar, tendo sido constituída em 1975.

Em 31 de dezembro de 2022, as empresas que constituem o grupo COOPROFAR são:

Empresas com sede em Portugal	Ramo de atividade
Cooprofar, CRL	Distribuição farmacêutica
Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas
Mercafara – Distribuição Farmacêutica, S.A.	Representação, promoção e distribuição de produtos de saúde em farmácias, parafarmácias e espaços saúde
Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A.	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transporte de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional
Medlog – Logística Farmacêutica, S.A.	Operador logístico de produtos farmacêuticos.
Medlog 3, Lda.	Prestação de serviços administrativos (extinta em 31.12.2022)
Trans Med, S.A.	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transporte de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional

Doravante a Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e as Empresas que fazem do grupo são designadas por Grupo ou Grupo Cooprofar.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em euros, referem-se à atividade do grupo em termos consolidados e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião promovida para o efeito no dia 27 de abril de 2023. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Na sede social pode ser obtida cópia das demonstrações financeiras consolidadas.

## 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009. Não foram aplicados, supletivamente, outros normativos contabilísticos.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico, e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e dos registos contabilísticos da empresa.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

### 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

## 3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Investimentos financeiros

São as seguintes as políticas adotadas para o reconhecimento e mensuração de investimentos financeiros:

#### a) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias (empresas nas quais a Empresa detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) e associadas (empresas onde a Empresa exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária ou associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Outros Rendimentos e Ganhos", após reconfirmação do justo valor atribuído. É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias ou associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão. Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da subsidiária ou associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a subsidiária ou associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias ou associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa na subsidiária ou associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma subsidiária ou associada. As perdas não realizadas são similamente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

#### b) Outros investimentos financeiros

As participações financeiras noutras entidades incluem as entidades sobre as quais a Empresa detém um investimento, mas em relação ao qual não exerce controlo, não tem controlo conjunto, nem influência significativa. Estas participações financeiras são registadas pelo método do custo, sempre que o seu justo valor não é possível de determinar com fiabilidade.

#### c) Conversão de demonstrações financeiras de subsidiárias ou associadas estrangeiras

Os ativos líquidos das demonstrações financeiras das subsidiárias ou associadas estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e o resultado líquido é convertido para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. Sempre que uma subsidiária ou associada estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, excepto os edifícios, são valorizados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, conforme está previsto na NCRF 7.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. São depreciados de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado do modelo de revalorização são creditados em "Excedentes de revalorização" no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são igualmente levadas aos "Excedentes de revalorização" nos capitais próprios; as restantes

diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo, levada a gastos do período, e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida de "Excedentes de revalorização" para "Resultados transitados".

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta e do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário devemos registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que estimam, por contrapartida da rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis" da demonstração dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os valores residuais dos ativos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Os impactos são registados em resultados.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são reintegrados durante o período de vida útil estimado.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos / reversões de depreciação e de amortização".

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Programas de computador	3
Projetos de desenvolvimento	1

### 3.4. Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A COOPROFAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A COOPROFAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A COOPROFAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a COOPROFAR reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### 3.5. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a mercadorias detidas para venda no âmbito da atividade das empresas do Grupo. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como método de custeio.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

### 3.6. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidades de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.8. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou directamente no mercado são reconhecidas no Capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a COOPROFAR tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

### 3.9. Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado ; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A COOPROFAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a COOPROFAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

### 3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da Empresa, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expeável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

### 3.12. Imparidade de ativos

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros

estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, a Empresa utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade. No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários, os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

### 3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a COOPROFAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a COOPROFAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.14. Subsídios e apoios do Governo

A COOPROFAR reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

### 3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a COOPROFAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações

particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a COOPROFAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a COOPROFAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### 3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da COOPROFAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a COOPROFAR; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

#### 3.17.1 Logística farmacêutica

Este segmento incluiu essencialmente as transações relativas aos contratos de logística dos quais resultam obrigações de armazenamento e distribuição de produtos de saúde.

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador.

O rédito é reconhecido de forma integral porque o Grupo assume o risco de danificação e obsolescência do stock e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado.

#### 3.17.2 Juros

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

### 3.18. Matérias ambientais

Em relação aos encargos de carácter ambiental a COOPROFAR, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

### 3.19. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da COOPROFAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### Estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas nas notas anexas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### 3.19.1 Provisões

A COOPROFAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 3.19.2 Ativos fixo tangíveis e ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

#### 3.19.3 Imparidade de ativos

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da COOPROFAR, tais como: a disponibilidade futura de

financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à COOPROFAR.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.20. Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelos órgãos de gestão da Empresa.

Por risco financeiro, entende-se, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da sociedade.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, e tem como principal objetivo o controlo dos riscos já existentes e aos quais a sociedade se encontra exposta.

#### Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para a Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. Neste sentido, a Empresa:

- (i) Tem implementado processos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- (ii) Possui equipa dedicada à gestão do crédito, seu controlo, monitorização e das cobranças;
- (iii) Estabelece para todos os seus clientes os limites de crédito;
- (iv) Possui uma apólice de seguro de crédito no sentido de adequar e ajustar a sua política comercial em face do nível de cobertura de crédito de cada seu cliente.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se divulgados na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 9.

O montante apresentado nas demonstrações financeiras relativo a clientes e outras dívidas de terceiros, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

#### Risco de taxa de juro

A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Os órgãos de gestão da Empresa aprovam os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento da Empresa no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade da Empresa a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	2022		2021	
		Resultados		Resultados	
Financiamentos obtidos	+1 p.p.	195.952		272.339	
Financiamentos obtidos	-1 p.p.	(195.952)		(272.339)	
<b>Variação Resultados</b>		<b>2022</b>	<b>2021</b>		
Financiamento Final		19.595.194		27.233.925	
Exercício					
Variação 1 p.p.		195.952		272.339	

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez na Empresa implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades comerciais, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando estas são devidas.

Com este propósito a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- (i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- (ii) Diversificação das fontes de financiamento;
- (iii) Diversificação das maturidades da dívida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo de amortização de dívida;
- (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, contratos de factoring, Leasing mobiliário, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis de liquidez e de gastos financeiros suportados.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 9, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresenta um endividamento líquido de 17.358.404 euros e 26.024.882 euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 9) e caixa e depósito bancários (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

### 4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
<b>Numerário</b>		
Caixa	3.358	17.469
<b>Depósitos Bancários</b>		
Depósitos Bancários à ordem	1.897.523	855.666
Depósitos Bancários a prazo	335.909	335.909
Cash pooling	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.236.790</u>	<u>1.209.044</u>

O montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos valores apresentados no quadro acima.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

A conta "Outros Ativos Financeiros" conta com um depósito a prazo de médio e longo prazo (752.940€), que está dado como garantia no âmbito do projeto de investimento financiado pelo IAPMEI.

## 5 Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes aos Ativos fixos tangíveis tinham a seguinte composição:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos fixos tangíveis</u>	<u>Ativos em curso</u>	<u>Total</u>
<b>1 de Janeiro de 2021</b>								
Custo de aquisição	3 527 312	11 131 361	1 188 705	2 179 986	2 292 214	7 363 031	2 786 831	30 469 439
Imparidade acumulada								
Depreciações acumuladas		(10 122 265)	(1 085 590)	(1 824 448)	(2 058 895)	(7 247 628)		(22 338 827)
<b>Valor líquido</b>	<u>3 527 312</u>	<u>1 009 096</u>	<u>103 114</u>	<u>355 538</u>	<u>233 319</u>	<u>115 403</u>	<u>2 786 831</u>	<u>8 130 613</u>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>								
Adições		14 508	24 895	903 253	32 427	1 938 020	1 900	2 915 003
Alienações				(345 435)		(2 300)		(347 735)
Transferências e abates			28 831			2 700 000	(2 786 831)	(58 000)
Revalorizações								
Imparidades								
Depreciação - exercício		(718 891)	(39 131)	(477 239)	(107 571)	(197 645)		(1 540 477)
Depreciação - alienações								
Depreciação - transf. e abates				334 066				334 066
<b>Valor líquido</b>	<u>-</u>	<u>(704 383)</u>	<u>14 595</u>	<u>414 644</u>	<u>(75 144)</u>	<u>4 438 075</u>	<u>(2 784 931)</u>	<u>1 302 856</u>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<u>3 527 312</u>	<u>304 713</u>	<u>117 709</u>	<u>770 182</u>	<u>158 176</u>	<u>4 553 478</u>	<u>1 900</u>	<u>9 433 469</u>
Custo de aquisição	3 527 312	11 145 869	1 242 430	2 737 804	2 324 641	11 998 751	1 900	32 978 707
Imparidade acumulada								
Depreciações acumuladas		(10 841 156)	(1 124 721)	(1 967 622)	(2 166 466)	(7 445 273)		(23 545 238)
<b>Valor líquido</b>	<u>3 527 312</u>	<u>304 713</u>	<u>117 709</u>	<u>770 182</u>	<u>158 176</u>	<u>4 553 478</u>	<u>1 900</u>	<u>9 433 469</u>
<b>1 de Janeiro de 2022</b>								
Custo de aquisição	3 527 312	11 145 869	1 242 430	2 737 804	2 324 641	11 998 751	1 900	32 978 707
Imparidade acumulada								
Depreciações acumuladas		(10 839 033)	(1 124 721)	(1 967 622)	(2 166 466)	(7 445 273)		(23 545 238)
<b>Valor líquido</b>	<u>3 527 312</u>	<u>306 836</u>	<u>117 709</u>	<u>770 182</u>	<u>158 176</u>	<u>4 553 478</u>	<u>1 900</u>	<u>9 433 469</u>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>								
Adições		4 742	2 075	361 462	10 549	77 459	14 950	471 237
Alienações		(59 399)		(387 289)	(21 722)	(71 479)		(539 889)
Transferências e abates								
Revalorizações								
Imparidades								
Depreciação - exercício		(89 625)	(32 979)	(342 256)	(77 849)	(448 056)		(990 764)
Depreciação - alienações		18 320		312 301	21 722	68 975		(421 318)
Depreciação - transf. e abates								
<b>Valor líquido</b>	<u>-</u>	<u>(125 962)</u>	<u>(30 904)</u>	<u>(55 782)</u>	<u>(67 300)</u>	<u>(373 101)</u>	<u>14 950</u>	<u>(638 098)</u>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<u>3 527 312</u>	<u>180 874</u>	<u>86 805</u>	<u>712 276</u>	<u>90 876</u>	<u>4 180 377</u>	<u>16 850</u>	<u>8 795 371</u>
Custo de aquisição	3 527 312	11 091 212	1 244 505	2 711 977	2 313 468	12 004 731	16 850	32 910 055
Imparidade acumulada								
Depreciações acumuladas		(10 910 338)	(1 157 700)	(1 997 577)	(2 222 592)	(7 824 354)		(24 114 684)
<b>Valor líquido</b>	<u>3 527 312</u>	<u>180 874</u>	<u>86 805</u>	<u>714 399</u>	<u>90 876</u>	<u>4 180 377</u>	<u>16 850</u>	<u>8 795 371</u>

## 6 Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes aos Ativos intangíveis tinham a seguinte composição:

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>1 de Janeiro de 2021</b>							
Custo de aquisição	-	1 046 957	607 721	118 008	-	-	1 772 686
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(1 046 957)	(605 721)	(118 008)	-	-	(1 770 686)
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>2 000</b>	-	-	-	<b>2 000</b>
<b>Movimentos de 2021</b>							
Adições	-	-	6 375	-	-	-	6 375
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	-	(3 125)	-	-	-	(3 125)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>5 250</b>	-	-	-	<b>5 250</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>							
Custo de aquisição	-	1 046 957	614 096	118 008	-	-	1 779 061
Imparidades acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(1 046 957)	(608 846)	(118 008)	-	-	(1 773 811)
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>5 250</b>	-	-	-	<b>5 250</b>

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>1 de Janeiro de 2022</b>							
Custo de aquisição	-	1 046 957	614 096	118 008	-	-	1 779 061
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(1 046 957)	(608 846)	(118 008)	-	-	(1 773 811)
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>5 250</b>	-	-	-	<b>5 250</b>
Adições	-	-	6 106	-	-	23 718	29 824
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	-	(4 543)	-	-	-	(4 543)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>6 813</b>	-	-	<b>23 718</b>	<b>30 531</b>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>							
Custo de aquisição	-	1 046 957	620 202	118 008	-	23 718	1 808 885
Imparidades acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(1 046 957)	(613 389)	(118 008)	-	-	(1 778 353)
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>6 813</b>	-	-	<b>23 718</b>	<b>30 531</b>

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Inventários, Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção apresentavam a seguinte decomposição:

	2022			2021		
	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total
<b>Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>						
Inventários iniciais	31.630.448	-	31.630.448	32.249.908	-	32.249.908
Compras	393.168.606	-	393.168.606	<b>358.904.989</b>	-	<b>358.904.989</b>
Reclassificação e regularização de inventários	(576.342)	-	(576.342)	(820.924)	-	(820.924)
Inventários finais	36.479.965	-	36.479.965	31.630.448	-	31.630.448
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>387.742.748</b>	-	<b>387.742.748</b>	<b>358.703.526</b>	-	<b>358.703.526</b>

## 8 Rendimentos e gastos

## 8.1. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contra-prestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos líquidos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; e,
- a fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com facilidade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a quantia de cada categoria significativa de rédito é como segue:

	2022	2021
Vendas de bens	413.498.970	388.566.548
Prestação de serviços	2.278.344	2.235.900
<b>Total Vendas e Prestação e Serviços</b>	<b>415.777.314</b>	<b>390.802.448</b>
Juros e outros rendimentos similares obtidos	370.007	272.272
<b>Total</b>	<b>416.147.321</b>	<b>391.074.720</b>

O volume de negócios registou um aumento de 6,4% em 2022, justificado essencialmente pelo maior contributo da COOPROFAR face ao período homólogo.

## 8.2. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos	2 991.558	2 261 718
Trabalhos especializados	1 288.454	767 450
Publicidade e propaganda	41 874	54 079
Vigilância e segurança	192 477	193 563
Honorários	69 377	72 096
Conservação e reparação	1 015 600	904 693
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	31 835	-
Livros e documentação técnica	113	-
Material de escritório	107 401	-
Artigos para oferta	38 518	-
Outros materiais	121 029	86 430
Eletricidade	220 767	147 964
Combustíveis	791 061	666 266
Água	40 556	44 409
Energia e fluidos - outros	42 389	39 886
Deslocações e estadas	238 916	262 187
Transportes de pessoal	4 055	2 612
Transportes de mercadorias	297 084	1 165.193
Rendas e alugueres	121.448	174 146
Comunicação	83 047	77 828
Seguros	498 628	629 769
Contencioso e notariado	11 505	11 472
Despesas de representação	36 513	48 731
Limpeza, higiene e conforto	179 602	161 019
Outros serviços	7 884	93 015
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>8 471 690</b>	<b>7 864 526</b>

## 8.3. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Outros gastos apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo	
	2022	2021
Impostos	60.480	75.170
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	9.219.787	9.714.585
Dívidas Incobráveis	-	-
Perdas em Inventários	673.127	918.291
Gastos e Perdas em Subsid., ACE	-	-
Gastos e Perdas nos Restantes Investimentos Financeiros	-	-
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	45.305	10.045
Outros	260.635	662.773
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>10.259.334</b>	<b>11.380.864</b>

## 8.4. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo	
	2022	2021
Rendimentos suplementares	173	53
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.645.937	2.654.403
Recuperação de dívidas a receber	485.217	-
Ganhos em inventários	96.786	97.367
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	97	320
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	70.953	55.078
Correções relativas a períodos anteriores	205.854	256.250
Excesso da estimativa para impostos	7.253	-
Imputação de subsídios para investimentos	-	-
Ganhos em outros instrumentos financeiros	-	-
Restituição de impostos	-	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	452.663	146.436
<b>Outros rendimentos e ganhos operacionais</b>	<b>3.964.933</b>	<b>3.209.907</b>

## 9 Instrumentos financeiros

### Instrumentos financeiros de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da COOPROFAR encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 64.100 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros de capital próprio apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Capital		
Capital realizado	320.500	300.500
Capital não realizado	-	-
	<b>320.500</b>	<b>300.500</b>
Ações próprias	-	-
Prêmios / descontos	-	-
	<b>320.500</b>	<b>300.500</b>

**Reserva legal**

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal ascendia a 439.500€.

Os estatutos da Coopprofar prevêem no seu Art.º 42º a constituição de reservas nos seguintes moldes:

1º - Constituem reservas da Cooperativa:

- a) A reserva legal;
- b) A reserva para educação e formação cooperativas;
- c) A reserva de sustentabilidade e investimento;
- d) Outras reservas que venham a ser constituídas por deliberação da Assembleia Geral, que deverá determinar o respetivo modo de formação, de aplicação e de liquidação.

2º - A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas de exercício e revertem para ela, até ao montante do capital social da Cooperativa:

- a) As joias;
- b) Cinco por cento dos excedentes anuais líquidos;

3º - Revertem para a reserva para educação e formação cooperativas:

- a) A parte das joias que não for afetada à reserva legal;
- b) Um por cento dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores, ou numa percentagem superior se assim for deliberado, em cada ano, pela Assembleia Geral;
- c) Os donativos e subsídios que forem especialmente destinados à finalidade da reserva.

4º - A reserva de sustentabilidade e investimento destina-se a ser aplicada em iniciativas ou ativos extraordinários, isto é, fora do normal curso do negócio, mas necessários à manutenção ou crescimento da atividade da Cooperativa, ou a ser aplicada em novos projetos de investimento, através, designadamente, do financiamento na aquisição de bens incorpóreos, corpóreos ou financeiros, ou do suporte dos custos desses investimentos.

5º - Para a reserva de sustentabilidade e investimento revertem:

- a) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que não forem afetados à reserva para educação e formação cooperativas
- b) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com terceiros.

6º - Todas as reservas obrigatórias e a reserva de sustentabilidade e investimento são insuscetíveis de qualquer tipo de repartição entre os cooperadores.

**Ativos e passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos e passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
<b>Ativos financeiros</b>	<b>49.982.768</b>	<b>(7.142.068)</b>	<b>56.423.151</b>	<b>(8.177.320)</b>
Clientes	44.032.719	(6.997.079)	51.192.500	(7.529.821)
Outros créditos a receber	5.949.959	(144.989)	5.230.651	(647.499)
<b>Passivos financeiros</b>	<b>59.219.598</b>	-	<b>62.372.259</b>	-
Fornecedores	36.473.945	-	31.969.757	-
Financiamentos obtidos	19.595.194	-	27.233.925	-
Outras dívidas a pagar	3.150.459	-	3.168.577	-
<b>Ganhos e perdas líquidos</b>	<b>(6.573.850)</b>	-	<b>(7.060.182)</b>	-
De ativos financeiros	(9.219.787)	-	(9.714.585)	-
De passivos financeiros	2.645.937	-	2.654.403	-
<b>Rendimentos e gastos de juros</b>	<b>(1.048.850)</b>	-	<b>(1.174.758)</b>	-
De ativos financeiros	(1.048.850)	-	(1.174.758)	-
De passivos financeiros	-	-	-	-

**Cientes**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Designação	2022	2021
Clientes – conta corrente	39.642.569	42.950.888
Clientes – créditos cedidos	(5 277 521)	(3 309 631)
Clientes – partes relacionadas	2.670.592	4.021.422
Clientes cobrança duvidosa	6 997 079	7 529 821
Perdas por imparidade acumuladas em clientes	(6 997 079)	(7 529 821)
<b>Cientes</b>	<b>37.035.640</b>	<b>43.662.679</b>

**Outros créditos a receber**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Devedores por acréscimos (periodização económica)	2.171.159	1.854.997
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Outras contas a receber	-	-
Outros devedores	3.575.667	2.548.066
Pessoal	58.234	180.089
<b>Outros créditos a receber</b>	<b>5.805.060</b>	<b>4.583.152</b>

**Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores conta corrente	36.473.945	31.969.757
Fornecedores - partes relacionadas	-	-
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
Outros saldos de fornecedores	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
<b>Fornecedores</b>	<b>36.473.945</b>	<b>31.969.757</b>

**Financiamentos obtidos**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Financiamentos obtidos por maturidade</b>		
Até 1 ano	7.969.760	16.390.627
Mais de 1 anos	11.625.434	10.843.298
	<b>19.595.194</b>	<b>27.233.925</b>
Outros passivos financeiros (até 1 ano)	1.290.807	1.208.221
	<b>20.886.001</b>	<b>28.442.146</b>

	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	7 124 582	7 480 752	14 605 334	3 015 908	16 089 540	19 105 448
Descobertos bancários	968 051	0	968 051	5 493 409	0	5 493 409
Contas Caucionadas	2 980 000	0	2 980 000	1 800 000	0	1 800 000
Factoring	301 159	0	301 159	4 664	0	4 664
Locações financeiras	251 642	489 008	740 650	529 316	301 087	830 404
Letras de clientes descontadas	1 290 807	0	1 290 807	1 208 221	0	1 208 221
	<b>12 916 242</b>	<b>7 969 760</b>	<b>20 886 001</b>	<b>12 051 519</b>	<b>16 390 627</b>	<b>28 442 146</b>

**Ativos e Passivos Financeiros**

Ativos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2022	2021
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	752 940	752 940
Clientes	Clientes	Custo amortizado	37 035 640	43 662 679
Acionistas / Sócios	Contas a Receber	Custo amortizado	0	0
Outras contas a receber	Contas a Receber	Custo amortizado	5 805 060	4 583 152
Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	2 236 790	1 209 044
	<b>Total ativos financeiros</b>		<b>45 830 430</b>	<b>50 207 814</b>

Passivos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2 022	2 021
Financiamentos obtidos	Empréstimos	Custo amortizado	19 595 195	27 233 925
Fornecedores	Contas a Pagar	Custo amortizado	36 473 945	31 969 757
Acionistas / Sócios	Contas a Pagar	Custo amortizado	184 924	185 556
Outras contas a pagar	Contas a Pagar	Custo amortizado	3 150 459	3 168 577
	<b>Total passivos financeiros</b>		<b>59 404 523</b>	<b>62 557 815</b>

**Outras dívidas a pagar**

	2022	2021
Credores por acréscimos (periodização económica)	2.142.549	2.045.267
Dívidas ao pessoal	30.281	12.450
Fornecedores de investimento	20.744	248.828
Outras contas a pagar	956.885	862.032
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>3.150.459</b>	<b>3.168.577</b>

**10 Estado e outros entes públicos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes ao Estado e outros entes públicos tinham a seguinte composição:

Designação	Saldo			
	31-12-2022		31-12-2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto Sobre o Rendimento	196.507	-	331.454	1.034.336
Imposto estimado do exercício	-	-	-	-
Pagamento por conta	-	-	331.454	-
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
Retenções na Fonte	-	-	-	-
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	-	152.963	655	83.138
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.656.412	98.064	1.386.176	53.634
Outros Impostos	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	124.035	-	110.591
Tributos das Autarquias Locais	-	-	-	-
Outras Tributações	-	-	-	-
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>1.852.919</b>	<b>375.062</b>	<b>1.718.285</b>	<b>1.281.699</b>

Para os períodos apresentados o saldo devedor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2022	2021
Pagamentos por conta	1.463.095	909.223
Pagamentos especiais por conta	-	-
Retenções na fonte	18	-
Estimativa de IRC	(1.266.607)	(1.636.154)
<b>Total</b>	<b>196.507</b>	<b>(726.931)</b>

## 11 Locações

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativamente a rendas vincendas de contratos de locação financeira a equipamentos de transporte no montante de 740.650 euros (2021: 830.403 euros), as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos obtidos" (Nota 9).

	2022	2021
Até um ano	251.642	529.316
Mais de um ano	489.008	301.087
<b>Valor atual do total dos futuros pagamentos mínimos</b>	<b>740.650</b>	<b>830.403</b>

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

## 12 Benefícios dos Empregados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Gastos com o pessoal é apresentado no quadro seguinte:

	Saldo	
	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	118.491	194.459
Remunerações do pessoal	5.622.284	5.150.008
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	18.500
Encargos sobre remunerações	1.122.876	1.048.435
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	58.253	85.602
Gastos de ação social	217.280	350.062
Outros gastos com o pessoal	125.143	259.922
<b>Gastos com o Pessoal</b>	<b>7.264.327</b>	<b>7.106.988</b>

## 13 Imposto do exercício

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos de impostos detalhavam-se da seguinte forma:

	2022	2021
Imposto corrente	1.266.607	1.636.154
Imposto diferido	-	-

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC

No exercício fiscal de 2022, as empresas incluídas no RETGS encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 9% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC a Empresa encontra-se, adicionalmente, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A taxa de IRC em vigor para 2022 é de 21%.

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2022			2021		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Imposto	5 478 107	21%	1 150 402	3 584 361	21%	752 716
Diferenças permanentes						
Efeito MEP	-427 070	21%	-89 685	0	21%	0
Benefícios fiscais à matéria coletável	0	21%	0		21%	0
Benefícios fiscais à coleta	0	21%	0		21%	-66 085
Ajustamentos e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	0	21%	0	2 421 261	21%	508 465
Ajustamentos - gastos diversos não aceites fiscalmente	242 298	21%	50 883	836 383	21%	175 641
Outros	-78 609	21%	-16 508	-98 281	21%	-20 639
Derrama municipal			65 184			86 098
Derrama estadual			63 739			101 869
Tributação autónoma			49 957			60 194
Insuficiência(excesso) de estimativa de imposto relativa a anos anteriores				0	21%	0
Impostos diferidos ativos			0			0
Reconhecidos em relação a diferenças temporárias de períodos anteriores			0			0
Não reconhecidos sobre diferenças temporárias do período						0
Não recuperados/aproveitados						0
Impostos diferidos passivos						0
Impacto pela revisão da taxa legal						0
Outros			-7 366			37 894
Gastos/rendimentos de impostos			1 266 607			1 636 154

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2022	2021
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,25%	1,25%
	<b>22,25%</b>	<b>22,25%</b>

## 14 Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações entre Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota, com exceção das transações feitas com duas sociedades participadas em Angola via Medlynce, SGPS, para as quais foram efetuadas as seguintes vendas em 2022.

	Socifarma	Mecofarma
Mercafar	3 558.172	-

## 15 Provisões e Passivos Contingentes

O Conselho de Administração considera não existir necessidade de reconhecer qualquer provisão.

Os passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias prestadas e respetivos beneficiários são os que se seguem na tabela abaixo:

Entidade	Descrição	Valor	Beneficiário
BCP	Garantia bancária	20.000	Lab Militar Prod. Químicos Farmacêuticos
Santander	Garantia bancária	495	Governo Civil Lisboa
BPI	Garantia bancária	108.405	Emprofac
BPI	Garantia bancária	83.263	Emprofac
BPI	Garantia bancária	49.656	Emprofac

A empresa entende que relativamente às contas do ano de 2022 não existem outros passivos contingentes.

## 16 Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovados pelo Conselho de Administração a 27 de abril de 2023.

Até à data não se considera existir eventos subsequentes relevantes, que alterem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras bem como as interpretações ou informações acima prestadas.

## 17 Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários pagos à sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Carmo & Cerqueira, SROC, Lda. e Sá & Gomes, SROC, Lda. para os anos de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	2021
Honorários de revisão legal	83.200	83.980
Contas individuais	63.200	73.980
Contas consolidadas	5.000	5.000
Honorários de serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Honorários de consultoria fiscal	-	-
Outros	15.000	5.000

## 18 Divulgações exigidas por diplomas legais

### Matérias ambientais

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da empresa não estima que existam riscos relacionados com a proteção e a melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2022.

### Outras divulgações exigidas por diplomas legais:

#### Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais e contributivas nos prazos legalmente estipulados.

## 19 Outras divulgações

### Participações financeiras - MEP

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022, e os rendimentos e gastos gerados desde a data de aquisição, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das Empresas associadas, são como segue:

Empresa	% Participação Efetiva	2022	2021	Método de Contabilização
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	4 367 277	3 674 537	M.E.P.
		<b>4 367 277</b>	<b>3 674 537</b>	

Referimos que não foram disponibilizadas as DF's de 2022 da Medlynce – SGPS, S.A., pelo que os movimentos ocorridos em 2022 referem-se do MEP de 2021

	2022						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada	Proporção no resultado
<b>Emp subsidiárias:</b>							
Melynce SGPS, S.A.	13.980.956	1.930	13.979.026	1.366.625	31,25 %	4.367.277	427.070
						<b>4.367.277</b>	<b>427.070</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o investimento em empresas subsidiárias e associadas é como segue:

01 de Janeiro de 2021	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	3 674 537
Goodwill da aquisição	0
Perdas por imparidade	0
	<b>3 674 537</b>
Movimentos de 2021	
Aquisições	0
Alienações	0
Dividendos recebidos	0
Participação nos resultados do exercício	0
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	0
Perdas de imparidade	0
	<b>3 674 537</b>
31 de Dezembro de 2021	
01 de Janeiro de 2022	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	3 674 537
Goodwill da aquisição	0
Perdas por imparidade	0
	<b>3 674 537</b>
Movimentos de 2022	
Aquisições	0
Alienações	0
Dividendos recebidos	0
Participação nos resultados do exercício	427 070
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	265 670
Perdas de imparidade	0
	<b>4 367 277</b>
31 de Dezembro de 2022	

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentadas pelas empresas associadas.

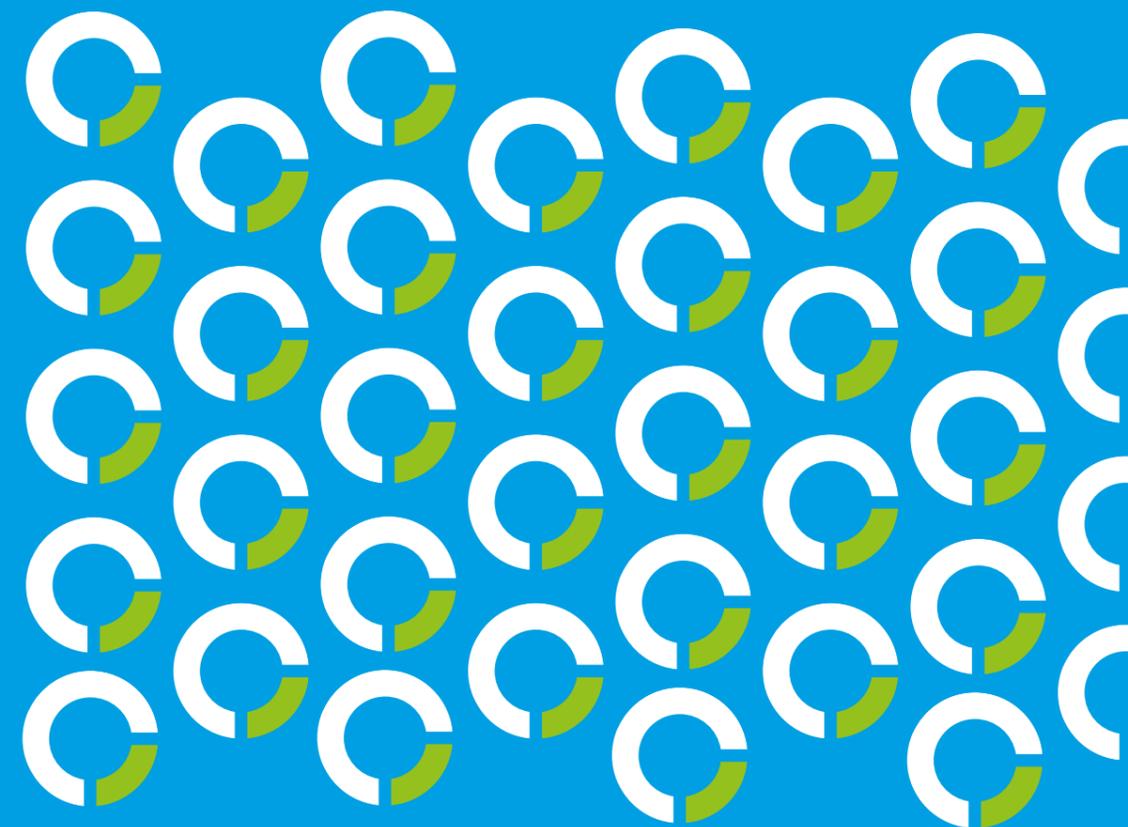
## 20 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2023, serão propostas à Assembleia Geral de cooperadores, a convocar no próximo dia 23 de maio de 2023.

Gondomar, 27 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## Relatório e Contas Cooprofar Individual e Consolidado 2022

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

1. No exercício do mandato que V. Ex.as nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas da Cooprofar -Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Ao longo do ano e no exercício das suas funções, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa, procedendo à verificação da suas contas e valores, segundo a metodologia tida por adequada nas circunstâncias, tendo obtido do Conselho de Administração e dos Serviços quer a informação continuada sobre a evolução dos negócios quer todas as outras informações que entendeu útil e necessário solicitar.

3. No final do ano apreciámos e verificámos o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, concluindo que as referidas peças exprimem, em termos convencionalmente corretos, a situação económica e financeira da Empresa, bem como a formação do resultado e dos fluxos de caixa. Procedemos ainda à apreciação do Relatório do Conselho de Administração que consideramos relevar os aspetos mais significativos ocorridos no exercício e estar em conformidade com as contas que o acompanham.

4. Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos, somos de parecer que:

a) Seja aprovado o relatório relativo ao exercício de 2022;

b) Sejam aprovadas as Contas (Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações no capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo) relativas ao exercício de 2022;

5. O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração, cuja colaboração sempre simplificou o exercício das suas funções.

Gondomar, 3 de maio de 2023

O CONSELHO FISCAL,



certificação legal  
de contas consolidadas





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 98.082.534 euros e um total de capital próprio de 37.012.143 euros, incluindo um resultado líquido de 4.211.501 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

Conforme evidenciado na nota 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, encontra-se registado na rubrica de Participações financeiras – método da equivalência patrimonial, um ativo de 4.367.277 euros relativo à participação do Grupo no capital da sociedade Medlynce – SGPS, S.A. A ausência de informação financeira auditada desta entidade impossibilita-nos de validar o referido montante e aferir acerca da sua recuperabilidade, bem como avaliar quais os impactos que a obtenção da referida informação poderia originar nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas"



abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas:

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

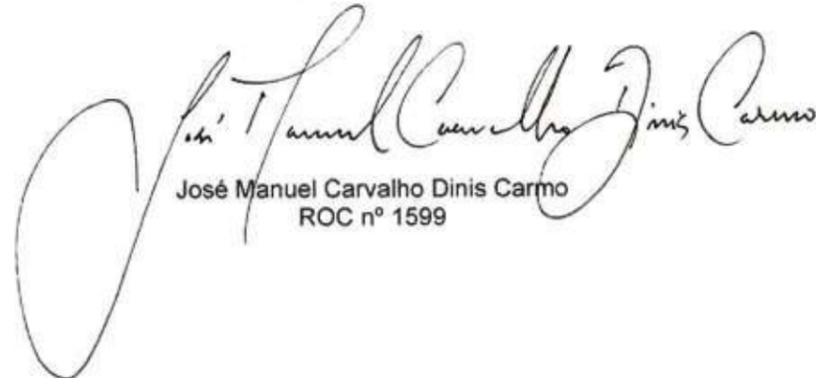
### Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 28 de abril de 2023

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por



José Manuel Carvalho Dinis Carmo  
ROC nº 1599

## demonstrações financeiras individuais

### Balanço

	Nota	31 de dezembro	
		2022	2021
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2.067.047	2.097.948
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	6	29.731	5.250
Participações financeiras - MEP	19	21.105.899	19.337.336
Outros investimentos financeiros	9	17.075	14.672
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
		<b>23.219.753</b>	<b>21.455.206</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	28.722.951	25.929.263
Ativos biológicos		-	-
Clientes	9	24.195.321	27.565.911
Estado e outros entes públicos	10	1.084.297	847.810
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outros créditos a receber	9	1.140.046	981.943
Diferimentos		446.939	513.198
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	4	1.028.513	600.548
		<b>56.618.067</b>	<b>56.438.673</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>79.837.820</b>	<b>77.893.879</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	9	320.500	300.500
Reservas legais	9	439.500	439.500
Outras reservas	9	19.720.763	17.772.555
Resultados transitados		294.598	294.598
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		12.025.282	11.759.612
		<b>32.800.642</b>	<b>30.566.765</b>
Resultado líquido do período		4.211.501	1.948.207
<b>Total do capital próprio</b>		<b>37.012.143</b>	<b>32.514.972</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	9	2.919.715	6.275.015
Outras dívidas a pagar		-	-
		<b>2.919.715</b>	<b>6.275.015</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	29.114.153	22.373.768
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	10	72.739	661.874
Acionistas		184.924	185.556
Financiamentos obtidos	9	7.400.915	13.188.741
Outras dívidas a pagar	9	1.842.424	1.485.732
Diferimentos		-	-
Outros passivos financeiros	9	1.290.807	1.208.221
		<b>39.905.963</b>	<b>39.103.891</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>42.825.677</b>	<b>45.378.906</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>79.837.820</b>	<b>77.893.879</b>

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Demonstração de resultados

	Nota	2022	2021
Vendas e serviços prestados	8.1	339.208.645	318.722.436
Subsídios à exploração		56	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	19	1.502.894	1.093.895
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(316.778.207)	(294.106.175)
Fornecimentos e serviços externos	8.2	(10.300.463)	(9.083.571)
Gastos com o pessoal	12	(1.727.148)	(1.725.935)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	629.452	(2.344.537)
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		0	-
Outros rendimentos	8.4	3.080.612	2.119.231
Outros gastos	8.3	(9.713.183)	(10.469.012)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5.902.658</b>	<b>4.206.332</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(133.110)	(523.254)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>5.769.547</b>	<b>3.683.078</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	272.113
Juros e gastos similares suportados	9	(666.862)	(791.021)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>5.102.685</b>	<b>3.164.170</b>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(891.185)	(1.215.962)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.211.501</b>	<b>1.948.207</b>

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	2022	2021
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		354 273 531	329 513 209
Pagamentos a fornecedores		(341 931 811)	(323 117 785)
Pagamentos ao pessoal		(1 592 656)	(1 593 519)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>10 749 064</b>	<b>4 801 904</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 680 038)	(853 614)
Outros recebimentos/pagamentos		923 485	(1 911 773)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>9 992 511</b>	<b>2 036 518</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis (p)		(145 344)	(31 561)
Ativos intangíveis (p)		(5 000)	(6 375)
Investimentos Financeiros (p)		(2 403)	(3 672)
Outros ativos (p)		-	-
		(152 747)	(41 608)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis (r)		9 965	-
Ativos intangíveis (r)		-	-
Investimentos Financeiros (r)		-	-
Outros ativos (r)		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		368 224	272 113
Dividendos (r)		-	-
		378 189	272 113
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>225 442</b>	<b>230 505</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos (r)		78 238 027	105 723 789
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		20 000	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		78 258 027	105 723 789
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos (p)		(87 381 154)	(107 288 885)
Juros e gastos similares		(666 862)	(791 021)
Dividendos (p)		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(6 500)
Outras operações de financiamento		-	-
		(88 048 016)	(108 086 406)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(9 789 988)</b>	<b>(2 362 617)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>427 965</b>	<b>(95 594)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>600 548</b>	<b>696 142</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1 028 513</b>	<b>600 548</b>

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital subscrito	Quotas próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
<b>A 1 de Janeiro de 2021</b>	307 000	-	-	-	439 500	15 778 879	294 598	-	10 796 505	2 889 417	30 505 899
<b>Alterações no período</b>											
Alterações políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						1 993 676			963 107	(2 889 417)	67 366
	-	-	-	-	-	1 993 676	-	-	963 107	(2 889 417)	67 366
<b>Resultado líquido do período</b>										<b>1 948 207</b>	<b>1 948 207</b>
<b>Resultado integral</b>										<b>1 948 207</b>	<b>1 948 207</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Realizações de capital											-
Realizações de prêmios de emissão											-
Distribuições											-
Entradas para cobertura de perdas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(6 500)										(6 500)
	(6 500)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 500)
<b>A 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>300 500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>439 500</b>	<b>17 772 555</b>	<b>294 598</b>	<b>-</b>	<b>11 759 612</b>	<b>1 948 207</b>	<b>32 514 972</b>

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
<b>A 1 de Janeiro de 2022</b>	300.500	-	439.500	17.772.555	294.598	-	11.759.612	1.948.207	32.514.972
<b>Alterações no período</b>									
Alterações políticas contábilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de AFT's e AI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	1.948.207	-	-	-	(1.948.207)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	265.669	-	265.669
	-	-	-	1.948.207	-	-	265.669	(1.948.207)	265.669
<b>Resultado líquido do período</b>								4.211.501	4.211.501
<b>Resultado integral</b>	-	-	-	-	-	-	-	4.211.501	4.211.501
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
Subscrições de capital	20.000								20.000
Subscrições de prêmios de emissão									-
Distribuições									-
Entradas para cobertura de perdas									-
Outras operações									-
	20.000	-	-	-	-	-	-	-	20.000
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	320.500	-	439.500	19.720.763	294.598	-	12.025.282	4.211.501	37.012.143

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

## Anexo às demonstrações financeiras

### 1 Identificação da entidade

A Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. (referida neste documento como "COOPROFAR" ou simplesmente Empresa), pessoa coletiva n.º 500336512, com o capital social de 320.500 (trezentos e vinte mil e quinhentos euros) tem a sua sede social na Rua Pedro José Ferreira, 200 - 210, freguesia de Fânzeres, concelho de Gondomar tendo sido constituída em 1975.

A empresa tem por objecto (i) adquirir, armazenar e fornecer aos seus membros todos os artigos que se destinam às farmácias; (ii) montar, adquirir ou tomar posição em laboratórios de análises químico-biológicas e para produção industrial de medicamentos ou outros produtos; e (iii) contratar representações, importações ou agenciamento de medicamentos, produtos químicos, dietéticos, cosméticos e outros, bem como aparelhagem para o setor farmacêutico, para aquisição ou utilização dos seus membros. Concorrer para o melhoramento da administração e rentabilidade das farmácias dos seus membros, designadamente, pela instalação de centros de cálculo, consultoria especializada e serviços técnicos comuns. De um modo geral, desempenhar quaisquer outras funções de interesse para os seus membros que sejam permitidas pela legislação em vigor.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em euros, referem-se à atividade da empresa em termos individuais e foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de abril de 2023. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009. Não foram aplicados, supletivamente, outros normativos contabilísticos.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico, e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e dos registos contabilísticos da empresa.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

#### 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

#### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

### 3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1. Investimentos financeiros

São as seguintes as políticas adotadas para o reconhecimento e mensuração de investimentos financeiros:

##### a) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias (empresas nas quais a Empresa detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) e associadas (empresas onde a Empresa exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária ou associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Outros Rendimentos e Ganhos", após reconfirmação do justo valor atribuído. É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias ou associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da subsidiária ou associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a subsidiária ou associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias ou associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa na subsidiária ou associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma subsidiária ou associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

##### b) Outros investimentos financeiros

As participações financeiras noutras entidades incluem as entidades sobre as quais a Empresa detém um investimento, mas em relação ao qual não exerce controlo, não tem controlo conjunto, nem influência significativa. Estas participações financeiras são registadas pelo método do custo, sempre que o seu justo valor não é possível de determinar com fiabilidade.

##### c) Conversão de demonstrações financeiras de subsidiárias ou associadas estrangeiras

Os ativos líquidos das demonstrações financeiras das subsidiárias ou associadas estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e o resultado líquido é convertido para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. Sempre que uma subsidiária ou associada estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, excepto os edifícios, são valorizados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, conforme está previsto na NCRF 7.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. São depreciados de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado do modelo de revalorização são creditados em "Excedentes de revalorização" no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são igualmente levadas aos "Excedentes de revalorização" nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo, levada a gastos do período, e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida de "Excedentes de revalorização" para "Resultados transitados".

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta e do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário devemos registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis" da demonstração dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os valores residuais dos ativos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Os impactos são registados em resultados.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são reintegrados durante o período de vida útil estimado.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos / reversões de depreciação e de amortização".

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Programas de computador	3
Projetos de desenvolvimento	1

### 3.4. Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A COOPROFAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro

fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A COOPROFAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A COOPROFAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a COOPROFAR reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### 3.5. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a mercadorias destinadas à venda no âmbito da atividade da empresa. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como método de custeio.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

### 3.6. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidades de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos".

### 3.8. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou directamente no mercado são reconhecidas no Capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a COOPROFAR tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

### 3.9. Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A COOPROFAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a COOPROFAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

### 3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da Empresa, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

### 3.12. Imparidade de ativos

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, a Empresa utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários, os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

### 3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a COOPROFAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a COOPROFAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.14. Subsídios e apoios do Governo

A COOPROFAR reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

### 3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a COOPROFAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a COOPROFAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a COOPROFAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### 3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da COOPROFAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a COOPROFAR; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

#### 3.17.1 Logística farmacêutica

Este segmento incluiu essencialmente as transações relativas aos contratos de logística dos quais resultam obrigações de armazenamento e distribuição de produtos de saúde.

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador.

O rédito é reconhecido de forma integral porque o Grupo assume o risco de danificação e obsolescência do stock e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado.

#### 3.17.2 Juros

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

### 3.18. Matérias ambientais

Em relação aos encargos de carácter ambiental a COOPROFAR, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

### 3.19. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da COOPROFAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### Estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas nas notas anexas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### 3.19.1 Provisões

A COOPROFAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 3.19.2 Ativos fixo tangíveis e ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

#### 3.19.3 Imparidade de ativos

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da COOPROFAR, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à COOPROFAR.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.20. Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelos órgãos de gestão da Empresa.

Por risco financeiro, entende-se, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da sociedade.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, e tem como principal objetivo o controlo dos riscos já existentes e aos quais a sociedade se encontra exposta.

#### Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para a Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. Neste sentido, a Empresa:

- (i) Tem implementado processos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- (ii) Possui equipa dedicada à gestão do crédito, seu controlo, monitorização e das cobranças;
- (iii) Estabelece para todos os seus clientes os limites de crédito;
- (iv) Possui uma apólice de seguro de crédito no sentido de adequar e ajustar a sua política comercial em face do nível de cobertura de crédito de cada seu cliente.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se divulgados na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 9.

O montante apresentado nas demonstrações financeiras relativo a clientes e outras dívidas de terceiros, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

#### Risco de taxa de juro

A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Os órgãos de gestão da Empresa aprovam os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento da Empresa no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade da Empresa a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	2022	2021
		Resultados	Resultados
Financiamentos obtidos	+1 p.p.	103.206	194.638
Financiamentos obtidos	-1 p.p.	(103.206)	(194.638)

	2022	2021
Variação Resultados		
Financiamento Final Exercício	10.320.630	19.463.756
Variação 1 p.p.	103.206	194.638

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez na Empresa implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades comerciais, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando estas são devidas.

Com este propósito a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- (i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- (ii) Diversificação das fontes de financiamento;
- (iii) Diversificação das maturidades da dívida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo de amortização de dívida;
- (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, contratos de factoring, Leasing mobiliário, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis de liquidez e de gastos financeiros suportados.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 9, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresenta um endividamento líquido de 9.292.116 euros e 18.863.208 euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 9) e caixa e depósito bancários (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

##### 4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Numerário</b>		
Caixa	3.352	17.469
<b>Depósitos Bancários</b>		
Depósitos Bancários à ordem	1.010.161	568.079
Depósitos Bancários a prazo	15.000	15.000
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.028.513</b>	<b>600.548</b>

O montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos valores apresentados no quadro acima.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

#### 5 Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes aos Ativos fixos tangíveis tinham a seguinte composição:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de Janeiro de 2021</b>								
Custo de aquisição	1 853 789	6 609 604	141 261	301 879	656 230	157 073	-	9 719 836
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 036 539)	(141 261)	(209 184)	(586 273)	(155 366)	-	(7 128 623)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 853 789</b>	<b>573 065</b>	<b>-</b>	<b>92 695</b>	<b>69 957</b>	<b>1 708</b>	<b>-</b>	<b>2 591 214</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>								
Adições	-	11 230	-	-	15 634	-	-	26 864
Alienações	-	-	-	(6 500)	-	-	-	(6 500)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(434 956)	-	(36 730)	(47 589)	(854)	-	(520 130)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	6 500	-	-	-	6 500
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>(423 726)</b>	<b>-</b>	<b>(36 730)</b>	<b>(31 955)</b>	<b>(854)</b>	<b>-</b>	<b>(493 265)</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>								
Custo de aquisição	1 853 789	149 338	-	55 965	38 002	854	-	2 097 948
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 471 495)	(141 261)	(239 414)	(633 863)	(156 219)	-	(7 642 253)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 853 789</b>	<b>149 338</b>	<b>-</b>	<b>55 965</b>	<b>38 002</b>	<b>854</b>	<b>-</b>	<b>2 097 948</b>
<b>1 de Janeiro de 2022</b>								
Custo de aquisição	1 853 789	6 620 834	141 261	295 379	671 865	157 073	-	9 740 201
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 471 495)	(141 261)	(239 414)	(633 863)	(156 219)	-	(7 642 253)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 853 789</b>	<b>149 338</b>	<b>-</b>	<b>55 965</b>	<b>38 002</b>	<b>854</b>	<b>-</b>	<b>2 097 948</b>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>								
Adições	-	-	-	77 996	2 912	17 065	-	97 973
Alienações	-	-	-	(19 990)	(5 135)	-	-	(25 125)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(53 677)	-	(37 023)	(36 617)	(1 557)	-	(128 874)
Depreciação - alienações	-	-	-	19 990	5 135	-	-	25 125
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>(53 677)</b>	<b>-</b>	<b>40 973</b>	<b>(33 705)</b>	<b>15 508</b>	<b>-</b>	<b>(30 901)</b>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>								
Custo de aquisição	1 853 789	95 662	-	96 937	4 297	16 362	-	2 067 047
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 525 172)	(141 261)	(256 447)	(665 344)	(157 777)	-	(7 746 002)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 853 789</b>	<b>95 662</b>	<b>-</b>	<b>96 937</b>	<b>4 297</b>	<b>16 362</b>	<b>-</b>	<b>2 067 047</b>

## 6 Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes aos Ativos intangíveis tinham a seguinte composição:

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>1 de Janeiro de 2021</b>							
Custo de aquisição	-	316 840	587 101	103 429	-	-	1 007 369
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(585 101)	(103 429)	-	-	(1 005 369)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>(0)</b>	<b>2 000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>
Adições	-	-	6 375	-	-	-	6 375
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	-	(3 125)	-	-	-	(3 125)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>(0)</b>	<b>5 250</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 250</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>							
Custo de aquisição	-	316 840	593 476	103 429	-	-	1 013 744
Imparidades acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(588 226)	(103 429)	-	-	(1 008 494)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>(0)</b>	<b>5 250</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 250</b>
<b>1 de Janeiro de 2022</b>							
Custo de aquisição	-	316 840	593 476	103 429	-	-	1 013 744
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(588 226)	(103 429)	-	-	(1 008 494)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 250</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 250</b>
Adições	-	-	5 000	-	-	23 718	28 718
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	-	(4 236)	-	-	-	(4 236)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23 718</b>	<b>29 731</b>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>							
Custo de aquisição	-	316 840	598 476	103 429	-	23 718	1 042 462
Imparidades acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(592 462)	(103 429)	-	-	(1 012 730)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23 718</b>	<b>29 731</b>

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Inventários e Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas apresentavam a seguinte decomposição:

	2022		2021	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
<b>Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				
Inventários iniciais	25.929.263	25.929.263	24.919.335	24.919.335
Compras	319.920.143	319.920.143	295.736.652	295.736.652
Reclassificação e regularização de inventários	(348.248)	(348.248)	(620.550)	(620.550)
Inventários finais	28.722.951	28.722.951	25.929.263	25.929.263
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>316.778.207</b>	<b>316.778.207</b>	<b>294.106.175</b>	<b>294.106.175</b>

O saldo de inventários finais do ano 2022 (28,7 milhões de euros) foi cerca de 10% superior ao registado no final do período homólogo (25,9 milhões de euros). Este aumento está relacionado com o aumento da atividade da COOPROFAR, refletida, como é visível, no valor do volume de negócios.

## 8 Rendimentos e gastos

### 8.1. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contra-prestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos líquidos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e,
- a fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a quantia de cada categoria significativa de rédito é como segue:

	2022	2021
Vendas de bens	338.518.534	317.987.875
Prestação de serviços	690.111	734.560
Juros e outros rendimentos similares obtidos	368.224	272.113
<b>Total</b>	<b>339.576.870</b>	<b>318.994.548</b>

As vendas de bens registaram em 2022 um aumento de 6,5% face ao período homólogo em virtude de uma dinâmica conseguida como consequência da nova política comercial iniciada no primeiro trimestre do ano.

## 8.2. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

Designação	Saldo	
	2022	2021
<b>Subcontratos</b>	<b>3.565.413</b>	<b>3.330.340</b>
<b>Serviços Especializados</b>	<b>1.264.794</b>	<b>748.561</b>
Trabalhos Especializados	793.307	374.887
Publicidade e Propaganda	49.488	25.014
Vigilância e Segurança	508	3.489
Honorários	20.494	20.615
Comissões	-	-
Conservação e Reparação	400.998	324.555
Outros	-	-
<b>Materiais</b>	<b>52.009</b>	<b>33.285</b>
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	3.279	4.357
Livros de Documentação Técnica	113	106
Material de Escritório	11.834	9.909
Artigos para oferta	36.114	18.168
Equipamentos	-	-
Outros	668	746
<b>Energia e Fluidos</b>	<b>208.391</b>	<b>167.707</b>
Eletricidade	114.609	84.883
Combustíveis	40.903	39.802
Água	30.341	29.206
Outros	22.538	13.815
<b>Deslocações, Estadas e Transportes</b>	<b>4.696.899</b>	<b>4.204.087</b>
Deslocações e Estadas	56.039	80.833
Transporte de Pessoal	2.047	1.663
Transportes de Mercadorias	-	-
Deslocações, estadas e transportes - outros	4.638.813	4.121.592
Outros	-	-
<b>Serviços Diversos</b>	<b>512.956</b>	<b>599.591</b>
Rendas e Alugueres	4.065	3.221
Comunicação	33.613	40.896
Seguros	325.899	391.691
Royalties	-	-
Contencioso e Notariado	4.215	6.930
Despesas de Representação	36.232	47.979
Limpeza, Higiene e Conforto	105.647	95.740
Outros Serviços	3.285	13.135
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>10.300.463</b>	<b>9.083.571</b>

As rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos sofreram globalmente um aumento de 13%, derivado de um maior recurso a subcontratos e de Trabalhos Especializados, com o maior contributo para a variação a ser justificado pelo aumento das Deslocações, Estadas e Transportes.

## 8.3. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Outros gastos apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo	
	2022	2021
Impostos	17.640	15.044
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	9.180.286	9.542.268
Dívidas Incobráveis	-	-
Perdas em Inventários	369.350	622.006
Gastos e Perdas em Subsid., ACE	-	-
Gastos e Perdas nos Restantes Investimentos Financeiros	-	-
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-	-
Outros	145.907	289.695
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>9.713.183</b>	<b>10.469.012</b>

## 8.4. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo	
	2022	2021
Rendimentos suplementares	124	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.056.397	1.909.727
Recuperação de dívidas a receber	485.217	-
Ganhos em inventários	21.102	1.456
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	9.965	2.350
Correções relativas a períodos anteriores	66.822	101.765
Outros rendimentos e ganhos operacionais	72.762	103.933
Juros obtidos	368.224	272.113
<b>Outros rendimentos e ganhos operacionais</b>	<b>3.080.611</b>	<b>2.391.344</b>

A Recuperação de dívidas a receber ascendeu em 2022 a cerca de 485 mil euros, que respeita a valores cobrados junto de clientes com antiguidade muito relevante.

## 9 Instrumentos financeiros

### Instrumentos financeiros de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da COOPROFAR encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 64.100 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros de capital próprio apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Capital		
Capital realizado	320.500	300.500
Capital não realizado	-	-
	<u>320.500</u>	<u>300.500</u>
Ações próprias	-	-
Prêmios / descontos	-	-
	<u><u>320.500</u></u>	<u><u>300.500</u></u>

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal ascendia a 439.500€.

Os estatutos da Cooprofar prevêem no seu Art.º 42º a constituição de reservas nos seguintes moldes:

1º - Constituem reservas da Cooperativa:

- A reserva legal;
- A reserva para educação e formação cooperativas;
- A reserva de sustentabilidade e investimento;
- Outras reservas que venham a ser constituídas por deliberação da Assembleia Geral, que deverá determinar o respetivo modo de formação, de aplicação e de liquidação.

2º - A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas de exercício e revertem para ela, até ao montante do capital social da Cooperativa:

- As joias;
- Cinco por cento dos excedentes anuais líquidos;

3º - Revertem para a reserva para educação e formação cooperativas:

- A parte das joias que não for afetada à reserva legal;
- Um por cento dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores, ou numa percentagem superior se assim for deliberado, em cada ano, pela Assembleia Geral;
- Os donativos e subsídios que forem especialmente destinados à finalidade da reserva.

4º - A reserva de sustentabilidade e investimento destina-se a ser aplicada em iniciativas ou ativos extraordinários, isto é, fora do normal curso do negócio, mas necessários à manutenção

ou crescimento da atividade da Cooperativa, ou a ser aplicada em novos projetos de investimento, através, designadamente, do financiamento na aquisição de bens incorpóreos, corpóreos ou financeiros, ou do suporte dos custos desses investimentos.

5º - Para a reserva de sustentabilidade e investimento revertem:

- Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que não forem afetos à reserva para educação e formação cooperativas
- Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com terceiros.

6º - Todas as reservas obrigatórias e a reserva de sustentabilidade e investimento são insuscetíveis de qualquer tipo de repartição entre os cooperadores.

### Ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos e passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
<b>Ativos financeiros</b>	<b>31.532.023</b>	<b>(6.196.656)</b>	<b>35.346.849</b>	<b>(6.798.995)</b>
Clientes	30.391.977	(6.196.656)	34.364.906	(6.798.995)
Outros créditos a receber	1.140.046	-	981.943	-
<b>Passivos financeiros</b>	<b>41.277.207</b>	<b>-</b>	<b>43.323.255</b>	<b>-</b>
Fornecedores	29.114.153	-	22.373.768	-
Financiamentos obtidos	10.320.630	-	19.463.756	-
Outras dívidas a pagar	1.842.424	-	1.485.732	-
<b>Ganhos e perdas líquidos</b>	<b>(7.123.889)</b>	<b>-</b>	<b>(7.632.541)</b>	<b>-</b>
De ativos financeiros	(9.180.286)	-	(9.542.268)	-
De passivos financeiros	2.056.397	-	1.909.727	-
<b>Rendimentos e gastos de juros</b>	<b>(666.862)</b>	<b>-</b>	<b>(791.021)</b>	<b>-</b>
De ativos financeiros	(666.862)	-	(791.021)	-
De passivos financeiros	-	-	-	-

Ativos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2022	2021
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	752 940	752 940
		Custo		43 662
Clientes	Clientes	amortizado	37 035 640	679
	Contas a Receber	Custo		
Acionistas / Sócios	Receber	amortizado	0	0
	Contas a Receber	Custo		
Outras contas a receber	Receber	amortizado	5 805 060	4 583 152
Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	2 236 790	1 209 044
	<b>Total ativos financeiros</b>		<b>45 830 430</b>	<b>50 207 814</b>

Passivos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2 022	2 021
Financiamentos obtidos	Empréstimos	Custo amortizado	19 595 195	27 233 925
Fornecedores	Contas a Pagar	Custo amortizado	36 473 945	31 969 757
Acionistas / Sócios	Contas a Pagar	Custo amortizado	184 924	185 556
Outras contas a pagar	Contas a Pagar	Custo amortizado	3 150 459	3 168 577
Outros Passivos Financeiros	Contas a Pagar	Custo amortizado	1 290 807	1 208 221
<b>Total passivos financeiros</b>			<b>60 695 330</b>	<b>63 766 036</b>

### Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Designação	2022	2021
Cientes – conta corrente	19.824.830	24.262.080
Cientes – créditos cedidos	3.876.434	3.197.475
Cientes – partes relacionadas	494.057	106.356
Cientes cobrança duvidosa	6.196.656	6.798.995
Perdas por imparidade acumuladas em clientes	(6.196.656)	(6.798.995)
<b>Cientes</b>	<b>24.195.321</b>	<b>27.565.911</b>

### Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Devedores por acréscimos (periodização económica)	478.073	11
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores	226.191	776.375
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Outras contas a receber	-	-
Outros devedores	414.328	124.725
Pessoal	21.452	80.832
<b>Outros créditos a receber</b>	<b>1.140.046</b>	<b>981.943</b>

### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores conta corrente	27.826.323	21.704.117
Fornecedores - partes relacionadas	1.287.830	669.651
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
<b>Fornecedores</b>	<b>29.114.153</b>	<b>22.373.768</b>

### Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Financiamentos obtidos por maturidade</b>		
Até 1 ano	2.919.715	6.275.015
Mais de 1 ano	7.400.915	13.188.741
	<b>10.320.630</b>	<b>19.463.756</b>

Valor em dívida por tipo de financiamento	31/12/2022	Corrente	Não Corrente
BPI - Mútuo COVID-19	- 1 866 667	- 533 333	- 1 333 333
ABANCA - Mútuo 2019	- 325 000	- 325 000	-
ABANCA - Mútuo 2020	- 500 000	- 250 000	- 250 000
ABANCA - Mútuo 2021	- 2 062 500	- 750 000	- 1 312 500
BBVA - Mútuo	- 338 336	- 338 336	-
BCP (Descobertos Cta 12)	- 310 546	- 310 547	-
BIC	- 1 480 000	- 1 480 000	-
BIC (Descobertos Cta 12)	- 411 925	- 411 925	-
CGD	- 1 500 000	- 1 500 000	-
Santander Totta (Descobertos Cta 12)	- 245 580	- 245 580	-
Leasings	- 34 170	- 10 289	- 23 881
Cash Polling	- 1 245 905	- 1 245 905	-
	<b>- 10 320 630</b>	<b>- 7 400 915</b>	<b>- 2 919 715</b>

	2022	2021
<b>Gastos de juros</b>		
De passivos financeiros	(666.862)	(791.021)
	<b>(666.862)</b>	<b>(791.021)</b>

**Outras dívidas a pagar**

	2022	2021
Credores por acréscimos (periodização económica)	1.548.101	1.248.227
Dívidas ao pessoal	6.588	390
Fornecedores de investimento	6.305	9.944
Outras contas a pagar	281.431	227.171
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>1.842.424</b>	<b>1.485.732</b>

**10 Estado e outros entes públicos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes ao Estado e outros entes públicos tinham a seguinte composição:

Designação	Saldo			
	31-12-2022		31-12-2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto Sobre o Rendimento	170.388	-	-	618.465
Imposto estimado do exercício	-891.185	-	-	-1.215.962
Pagamento por conta	976.682	-	-	564.284
Pagamento adicional por conta	84.891	-	-	33.213
Retenções na Fonte	-	-	-	-
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	-	46.298	-	20.900
Imposto sobre o Valor Acrescentado	913.909	-	847.810	-
Outros Impostos	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	26.441	-	22.509
Tributos das Autarquias Locais	-	-	-	-
Outras Tributaçãoes	-	-	-	-
<b>Estado</b>	<b>1.084.297</b>	<b>72.739</b>	<b>847.810</b>	<b>661.874</b>

**11 Locações**

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa mantém responsabilidades como locatária, relativamente a rendas vincendas de contratos de locação financeira a equipamentos de transporte no montante de 34.170 euros (2021: 73.026 euros), as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos obtidos" (Nota 9).

	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
<b>Valor Bruto</b>	100 833	-	100 833	
Depreciações/Amortizações acumuladas	63 982	-	63 982	
Saldo no fim do período	36 851	-	36 851	
<b>Total dos futuros pagamentos mínimos</b>	<b>34.170</b>	-	<b>34.170</b>	
Até um ano	10.290	-	10.290	
De um a cinco anos	23.881	-	23.881	
Mais de cinco anos	-	-	-	

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Contratos de locação financeira/operacional:

Banco	Contrato	Montante contratado
BPI	1220080300	43 496
BNP Paribas	12200569	57 337

## 12 Benefícios dos Empregados

Nos períodos referentes aos anos 2022 e 2021, o número médio de pessoas ao serviço da empresa foi o seguinte: 44.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Gastos com o pessoal é apresentado no quadro seguinte:

	Saldo	
	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1.338.031	1.278.072
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	251.618	239.957
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	15.468	14.919
Gastos de ação social	56.321	109.876
Outros gastos com o pessoal	65.710	83.111
<b>Gastos com o Pessoal</b>	<b>1.727.148</b>	<b>1.725.935</b>

## 13 Imposto do exercício

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos de impostos detalhavam-se da seguinte forma:

	2022	2021
Imposto corrente	891.185	1.215.962
Imposto diferido	-	-

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,25% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 9% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC a Empresa encontra-se, adicionalmente, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou

suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A taxa de IRC em vigor para 2022 é de 21%.

	2022			2021		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Imposto	5 102 685	21%	1 071 564	3 164 170	21%	664 476
Diferenças permanentes						
Efeito MEP	-1 502 894	21%	-315 608	-1 093 895	21%	-229 718
Benefícios fiscais à matéria coletável	0	21%	0		21%	0
Benefícios fiscais à coleta	0	21%	0		21%	0
Ajustamentos e perdas imparidade não aceites fiscalmente	0	21%	0	2 421 261	21%	508 465
Ajustamentos - gastos diversos não aceites fiscalmente	72 702	21%	15 267	444 688	21%	93 384
Outros	-47 847	21%	-10 048	-40 577	21%	-8 521
Derrama municipal			45 308			61 196
Derrama estadual			63 739			101 869
Tributação autónoma			20 961			24 811
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto relativa a anos anteriores				0	21%	0
Impostos diferidos ativos			0			0
Reconhecidos em relação a diferenças temporárias de períodos anteriores			0			0
Não reconhecidos sobre diferenças temporárias do período						0
Não recuperados/aproveitados						0
Impostos diferidos passivos						0
Impacto pela revisão da taxa legal						0
Outros			0			0
<b>Gastos/rendimentos de impostos</b>			<b>891 185</b>			<b>1 215 962</b>

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2022	2021
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,25%	1,25%
	<b>22,25%</b>	<b>22,25%</b>

**14 Transações com partes relacionadas**

a) Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Vendas e Prestação de Serviços	2022	2021
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	120.000	120.000
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	8.885.982	8.953.233
Mercafara - Distribuição Farmacêutica S.A.	11.333.342	10.250.944
	<b>20.339.324</b>	<b>19.324.177</b>

Compras de Produtos e Serviços	2022	2021
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	4.637.309	4.121.592
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	8.070.157	8.048.365
Medlog 3 - Serviços Corporativos, Unipessoal Lda.	0	60.000
Mercafara - Distribuição Farmacêutica S.A.	1.358.506	1.679.047
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	0	0
Trans Med - Transporte de Mercadorias, S.A.	0	0
	<b>14.065.972</b>	<b>13.909.004</b>

b) Os saldos ativos e passivos de partes relacionadas são os seguintes:

Clientes	2022	2021
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	34.565	0
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	0	0
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	359.540	2.148
Mercafara - Distribuição Farmacêutica S.A.	99.952	102.060
Trans Med - Transporte de Mercadorias, S.A.	0	0
	<b>494.057</b>	<b>104.208</b>

Outros créditos a receber	2022	2021
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	165.352	0
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	0	0
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	2.387	0
Trans Med - Transporte de Mercadorias, S.A.	463	0
Mercafara - Distribuição Farmacêutica S.A.	0	0
	<b>168.202</b>	<b>0</b>

Fornecedores	2022	2021
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	1.195.545	631.390
Mercafara - Distribuição Farmacêutica S.A.	92.285	38.261
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	0	-570.502
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	0	0
Trans Med - Transporte de Mercadorias, S.A.	0	0
	<b>1.287.830</b>	<b>99.149</b>

Outras dívidas a pagar	2022	2021
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	6.150	0
Mercafara - Distribuição Farmacêutica S.A.	4.290	0
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	150.000	0
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	111.138	0
Trans Med - Transporte de Mercadorias, S.A.	0	0
	<b>271.578</b>	<b>0</b>

**15 Provisões e Passivos Contingentes**

O Conselho de Administração considera não existir necessidade de reconhecer qualquer provisão.

Os passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias prestadas e respetivos beneficiários são os que se seguem na tabela abaixo:

Entidade	Descrição	Valor	Beneficiário
BCP	Garantia bancária	20.000	Lab Militar Prod. Quimicos Farmaceuticos
Santander	Garantia bancária	495	Governo Civil Lisboa

A empresa entende que relativamente às contas do ano de 2022 não existem outros passivos contingentes.

**16 Acontecimentos após a data do balanço**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2023.

Até à data não se considera existir eventos subsequentes relevantes, que alterem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras bem como as interpretações ou informações acima prestadas.

**17 Remuneração do Revisor Oficial de Contas**

Os honorários pagos à sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carmo & Cerqueira, SROC, para os anos de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	2021
Honorários de revisão legal	42.600	37.600
Honorários de serviços de garantia de fiabilidade		
Honorários de consultoria fiscal		
Outros	7.000	5.000
	<b>49.600</b>	<b>42.600</b>

## 18 Divulgações exigidas por diplomas legais

### Matérias ambientais

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da empresa não estima que existam riscos relacionados com a proteção e a melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2022.

### Outras divulgações exigidas por diplomas legais:

#### Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais e contributivas nos prazos legalmente estipulados.

## 19 Outras divulgações

### Investimentos em associadas

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022, e os rendimentos e gastos gerados desde a data de aquisição, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das Empresas associadas, são como segue:

		2022						
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada	Proporção no resultado
<b>Emp subsidiárias:</b>								
Medlog SGPS, S.A.	Gondomar	23.220.683	2.114.784	21.105.899	1.502.894	100 %	21.105.899	1.502.894
							<b>21.105.899</b>	<b>1.502.894</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o investimento em empresas subsidiárias e associadas é como segue:

01 de Janeiro de 2021	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	18 176 075
Goodwill da aquisição	0
Perdas por imparidade	0
	<b>18 176 075</b>
Movimentos de 2021	
Aquisições	0
Alienações	0
Dividendos recebidos	0
Participação nos resultados do exercício	1 093 895
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	67 366
Perdas de imparidade	0
	<b>19 337 336</b>
31 de Dezembro de 2021	
01 de Janeiro de 2022	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	19 337 336
Goodwill da aquisição	0
Perdas por imparidade	0
	<b>19 337 336</b>
Movimentos de 2022	
Aquisições	0
Alienações	0
Dividendos recebidos	0
Participação nos resultados do exercício	1 502 894
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	265 670
Perdas de imparidade	0
	<b>21 105 899</b>
31 de Dezembro de 2022	

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentadas pelas empresas associadas.

## 20 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras serão propostas à Assembleia Geral, convocada para o próximo dia 23 de maio de 2023.

O Conselho de Administração aprovou estas demonstrações financeiras em 27 de abril de 2023 e irá propor, nos termos da lei e dos Estatutos, que ao resultado líquido positivo do exercício, que ascendeu a 4.211.501€, seja dada a seguinte aplicação:

- Reservas para Educação e Formação Cooperativa:	42.115€
- Reservas para Sustentabilidade e Investimento:	4.169.386€

Gondomar, 27 de abril de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Relatório e Contas Cooprofar Individual e Consolidado 2022

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

1. No exercício do mandato que V. Ex.as nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas da Cooprofar -Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Ao longo do ano e no exercício das suas funções, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa, procedendo à verificação da suas contas e valores, segundo a metodologia tida por adequada nas circunstâncias, tendo obtido do Conselho de Administração e dos Serviços quer a informação continuada sobre a evolução dos negócios quer todas as outras informações que entendeu útil e necessário solicitar.

3. No final do ano apreciámos e verificámos o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, concluindo que as referidas peças exprimem, em termos convencionalmente corretos, a situação económica e financeira da Empresa, bem como a formação do resultado e dos fluxos de caixa. Procedemos ainda à apreciação do Relatório do Conselho de Administração que consideramos relevar os aspetos mais significativos ocorridos no exercício e estar em conformidade com as contas que o acompanham.

4. Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos, somos de parecer que:

a) Seja aprovado o relatório relativo ao exercício de 2022;

b) Sejam aprovadas as Contas (Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações no capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo) relativas ao exercício de 2022;

5. O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração, cuja colaboração sempre simplificou o exercício das suas funções.

Gondomar, 3 de maio de 2023

O CONSELHO FISCAL,



certificação legal  
de contas individuais





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 79.837.820 euros e um total de capital próprio de 37.012.143 euros, incluindo um resultado líquido de 4.211.501 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

Conforme evidenciado na nota 19 do anexo às demonstrações financeiras, encontra-se registado na rubrica de Participações financeiras – método da equivalência patrimonial, um montante de 4.367.277 euros relativo à participação que a subsidiária Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. detém na entidade Medlynce – SGPS, S.A. A ausência de informação financeira auditada desta entidade impossibilita-nos de validar o referido montante e aferir acerca da sua recuperabilidade, bem como avaliar quais os impactos que a obtenção da referida informação poderia originar nas demonstrações financeiras.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras:

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que



influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

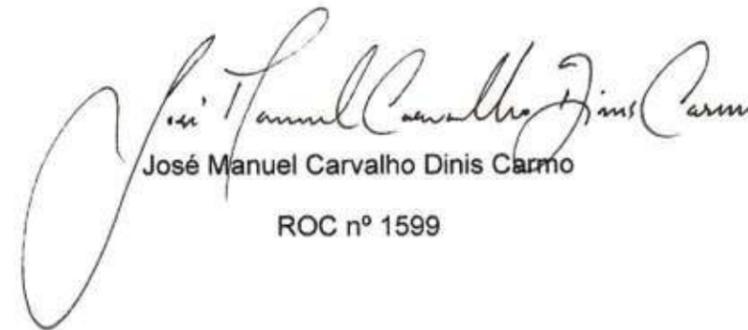
### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 28 de abril de 2023

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por



José Manuel Carvalho Dinis Carmo  
ROC nº 1599

grupo  
cooprofar

2022: **relatório & contas** individual e consolidado

Os conteúdos, indicadores e valores estão corretos, salvo erro tipográfico.